

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 29 de março de 2022 - Ata n.º 22.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “sob a proteção de Deus”, iniciou os trabalhos da **22.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 20/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa Substitutivo Geral ao Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021; Mensagem n.º 21/2022 do Governador do Estado, encaminhando para

apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 117/2022), que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Coronel Lee.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Coronel Lee; Soldado Fruet; Mabel Canto; Luciana Rafagnin; Dr. Batista; e Marcio Pacheco.

DEPUTADO CORONEL LEE (PSL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Há três anos temos andado com um Projeto muito forte, muito contundente, de uma equiparação salarial da Polícia Militar com a Polícia Civil, passou em todos os meandres do Governo, todas as Secretarias afetas, mas precisava ainda da mensagem do Governador. Essa foi uma das grandes razões que me indispus inclusive com um Coronel, colega nosso, quase fomos às vias de fato quando ele falou assim: “Pare de iludir a tropa”. Mas não divulgávamos, porque temos que ser silenciosos, logicamente. E assim viemos andando com seis grandes Associações, a AVM, a Amai, a Assofepar, Clube dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos, e Praças do Litoral, viemos andando todos juntos, com o alto-comando, com o Deputado Hussein Bakri, também o chamamos à época, o Deputado Adriano José e também chamamos o Deputado Do Carmo à época para compor essa equipe, e viemos andando. Inclusive no começo deste ano incorporou a essa turma as Associações de Cascavel, Londrina, Maringá e Campo Mourão, dez Associações, estávamos caminhando e remando no mesmo caminho com a equiparação salarial com a Polícia Civil. Então, a PM sentou com o Governo no início, poucas semanas atrás aí, e culminou nessas tabelas mirabolantes etc., outras que apareceram, e veio então a proposta do Governo, esta proposta que apareceu a nós, que vimos aqui, que não é segredo nenhum mais, onde um soldado aqui, por exemplo, no nível 10, ele vai ganhar mais que um Cabo nível 8, mais do que um Sargento nível 7; um Cabo do nível 8 vai ganhar mais do que um Sargento do nível 7. Assim, ou seja, esculhambou. Então, ou

seja, senhores, quando se fala índice de tabela, temos que fazer índices por percentuais, obviamente, mas foram colocados em números, em numerário. Não se faz em numerário. Não sei se essa equipe do Governo sabia disso. Então, chamamos essa tabela, essa proposta do Governo, no mínimo, Presidente, como uma afronta, é um desrespeito com a Polícia Militar, não é assim que se trabalha com a Polícia Militar. Ele não nos ouviu, pedi uma reunião de imediato com o Governador, não fomos recebidos. Então, como sempre falei desde o início, Presidente, considero-me sempre um conselheiro do Governador. Agora, se somos considerados, é outra situação. Espertamente o Governo apresentou essa tabela agora *ao apagar das luzes*, não há tempo mais para fazermos qualquer tipo de emenda. Então, infelizmente não vamos aceitar, ou vamos aceitar. Tem várias viúvas e pensionistas agora, senhores, implorando-nos para que aceitemos, porque estão passando fome, estão passando necessidade. Ou o nosso orgulho vai falar mais alto e falamos que não. Então, agora estamos *entre a cruz e a espada*. De qualquer maneira, fica aqui a nossa indignação a esta afronta, a esse desrespeito, que não vai se encerrar aqui, temos certeza, a Polícia Militar é muito maior do que isso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Ademar Traiano. Senhoras e Sr.^os Deputados, amigos que nos acompanham, uma boa tarde a todos. Senhor Presidente, por questão de justiça e respeito, quero pedir aqui em público desculpas aos membros da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Hoje pela manhã apresentei uma emenda ao PL 106, a qual acabou sendo rejeitada pelo relator, Deputado Guerra, que justificou ser impossível estudar uma tabela como a que apresentamos em apenas 15 minutos, que era o tempo que tínhamos. Com relação a isso, o Deputado Guerra foi extremamente legalista e correto, pois o tempo não o permitiu analisar a minha emenda com calma. Sei que o Deputado Guerra é favorável, sim, e apoiador de nossa emenda, falou-me. O grande responsável por tudo isso, Sr. Presidente, foi o Governador, que deixou

tudo em cima da hora, para a última hora. Os membros da Comissão, apesar de terem votado contra a minha emenda, foram extremamente respeitosos, inclusive me concedendo um prazo de 30 minutos para justificar a nossa emenda ao sistema e continuar a Sessão da Comissão. Na sequência, diante da correria que esta semana está sendo, não acompanhei as minhas redes sociais e fui surpreendido aí por uma mensagem dizendo que havia escrito em tom de crítica às mensagens em relação aos Deputados, o Messenger. Senhores Deputados, realmente não fiz isso, fui atrás de quem foi, e descobrindo que em um afã de responder a todas as mensagens, minha assessoria colocou palavras que não saíram da minha boca. A todos peço aqui, humildemente, desculpas. Claro que a Comissão de Segurança, como disse, embora tenha derrubado a minha emenda, foi extremamente gentil à minha pessoa, concedendo-me o espaço que precisávamos naquele momento. Mas explicando isso e dando sequência, quero dizer que ainda pela manhã recebi em meu gabinete o ilustre Deputado Professor Lemos, que me informou que a emenda de minha autoria seria encampada pela Oposição e apresentada em Plenário. Informou-me o Professor Lemos que o Presidente Ademar Traiano, o senhor, Sr. Presidente, comprometeu-se a votar o Projeto até o dia 1º, sem risco e prejuízo aos servidores. Senhor Presidente, não apenas eu, mas milhares de policiais e servidores estão felizes em saber que podem contar com a sua colaboração nesse sentido, Sr. Presidente. A emenda que ora apresento traz valores mais próximos da real necessidade de direito dos policiais. Trouxemos uma fonte de receita nova como forma de suprir a despesa, pois o Estado, no orçamento de 2022, menos de 300 milhões a receber em dividendos, a Copel e a Sanepar, que repassarão este ano, pouco mais de 900 milhões. Esses 900 milhões são valores reais, equivalente exatamente ao percentual que o Estado tem direito no repasse dos dividendos. O Governo – inclusive essa parte acho que o nosso colega Deputado Arilson, mais técnico em contabilidade, vai explicar – o Governo sempre subestima sua receita para ficar com a possibilidade do uso de recursos livres para extraorçamentários. Dessa vez fez o mesmo, sabia que teria muito mais a receber de dividendos, mas não os colocou no orçamento. Agora, com o valor real que será repassado, apenas essa

diferença de mais de 600 milhões neste ano é suficiente para cobrir as despesas dos próximos três anos com esse acréscimo que propomos ao subsídio, Sr. Presidente. O Governo tem, sim, possibilidade de aprovar essa nova tabela. E me perdoe, Deputado Hussein, perdoe-me, mas hoje na Comissão de Segurança o senhor falou sobre artistas, sobre demagogia, mas a minha emenda não é demagoga, meu colega, demagogia seria se começasse a defender os policiais hoje. Faço isso há três anos, defendendo os policiais, isso faço desde o meu primeiro dia aqui na Assembleia, Deputado. Demagogia, por exemplo, o que o Governador fez hoje, anunciando 800 milhões de investimento da Itaipu como se fossem seus. Demagogia é postar na internet mensagem de apoio aos policiais e na Assembleia votar contra eles. Não estou aqui pensando em eleições, estou aqui pensando nos irmãos que tenho pela Polícia Militar, de onde vim, por irmãos que tanto me ajudaram na vida e que tanto confiam em mim. A emenda está posta, fico feliz que a Oposição nesta Casa tenha encampado nossa emenda. Agora, os olhares dos policiais militares e civis estão voltados para esta Casa, Sr. Presidente. Seguimos o nosso trabalho, Sr. Presidente, agradecendo novamente a V.Ex.^a pelo compromisso em votarmos esse Projeto em prazo legal, independentemente de apresentações de emenda. É isso, Sr. Presidente. Espero colaboração e apoio de todos os colegas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que nos acompanham. Ouvi atentamente os discursos ontem, hoje, do Deputado Coronel Lee, agora do nosso colega Deputado Soldado Fruet. Conversei também com alguns policiais, especialmente lá em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais sobre o tema, e não posso deixar de demonstrar o meu apoio a eles aqui também nesta tribuna. É lamentável que o Governo do Estado tenha enviado apenas ontem o Projeto dos reajustes, o do reajuste, o Projeto do vale-alimentação, como já foi dito. Evidentemente que isso é proposital para se evitar a discussão aqui dentro desta Casa. A diferença do

que se tinha como ideal almejado pela classe do que de fato foi apresentada realmente é absurda. Muito se prometeu para todos, especialmente para os policiais aqui neste Estado durante a campanha, pouco, pouco se viu. Aliás, estamos vendo inclusive, e acho que é preciso que todos os Deputados vejam o que estão falando lá fora, estão dizendo que esta Casa, estão jogando a responsabilidade desta votação para esta Casa. É a nossa responsabilidade votar, mas a nossa responsabilidade maior era analisar o Projeto com tempo, com cautela, e isso não está sendo possível, porque o Governo do Estado, o Governador Ratinho Junior enviou somente ontem esses projetos. Outro assunto que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, e que também foi motivo de um requerimento que fizemos há alguns dias, é sobre terceirizações na área da educação, especialmente dos cursos técnicos ofertados nos colégios e nos centros estaduais de educação profissional, foi motivo inclusive de fala de alguns colegas aqui nesta tribuna. Os cursos oferecidos pela Unicesumar, de forma virtual, têm causado reclamações em todo o Estado. Esses dias houve manifestações lá em Cascavel, e na nossa região lá de Ponta Grossa e dos Campos Gerais também não foi diferente. Esses dias foi no CEEPPG e desde semana passada os alunos e os pais do Colégio Kenedy, em Ponta Grossa, também estão se mobilizando contra esse sistema de ensino. A reclamação é de que não há professores nas salas, porque é virtual, eles não conseguem tirar suas dúvidas, eles têm, em alguns casos, apenas uma televisão, não têm um instrutor, um monitor para eles tirarem as dúvidas, e isso não pode continuar, porque alguns mal conseguem assistir às aulas dessa maneira. O Estado, desta forma, ele não está primando por educação de qualidade para os nossos jovens. Fico pensando, onde já se viu, o CEEPPG, com toda a estrutura que tem lá em Ponta Grossa, não ter aulas presenciais de cursos profissionalizantes para os seus alunos. É inadmissível isso. Até concordo que essa tecnologia até seja boa em alguns casos, tem municípios menores que de fato você não consegue os profissionais para atuar presencialmente, mas não nos grandes centros, isso não pode acontecer. Lá em Cascavel, felizmente, voltaram atrás na decisão, inclusive a Secretaria emitiu uma nota dizendo que esse modelo de parceria com a

Unicesumar é promissor, tem boa aceitação, porém a comunidade do CEEP Cascavel prefere o modelo anterior. Então, primando por esse diálogo que a Seed tem com a comunidade escolar, com os pais, com os alunos, é que estamos hoje aqui pedindo para que a Seed, o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, conversem com a comunidade escolar e possam também lá em Ponta Grossa reverter essa situação e voltar ao sistema presencial dos cursos técnicos. Se deu para fazer em Cascavel e se o mesmo problema está acontecendo em Ponta Grossa, também tem que voltar ao sistema presencial lá no CEEPPG e nos outros colégios que assim desejarem também lá na nossa região. Era isso, Presidente. Meu muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Cumprimento também todos que acompanham a nossa Sessão. Hoje é um dia bastante especial para os servidores do nosso Estado, que estão atentos aos projetos que o Governo encaminhou. E, infelizmente, mais uma vez, sentimos que os servidores saem frustrados com a ação do Governo Ratinho Junior. Quando falamos isso, Sr. Presidente, falamos aqui também desse descaso, porque por muitas vezes já citamos na tribuna desta Casa o descaso do Governador com relação a todos os servidores do nosso Estado, seja da saúde, da educação, da segurança, da agricultura, todos os servidores que fazem realmente acontecer o dia a dia do Estado do Paraná, um descaso total, porque sabemos que os servidores têm por direito já uma reposição salarial aí, já há uma defasagem salarial, melhor dizendo, uma defasagem salarial com mais de 34%. Então, é importante que o Governo reconhecesse todo esse trabalho que é realizado pelos servidores do nosso Estado e realmente pudesse dar um reajuste digno a todos os servidores. Estamos fazendo a nossa parte como Bancada da Oposição, estamos apresentando várias emendas, tentando conceder um pouco mais de direito aos servidores do Estado e esperamos que todos os Deputados possam votar favoravelmente para que possamos, sim, reconhecer todo o trabalho

que é realizado pelos servidores do nosso Estado do Paraná. Também dizer aqui que nos preocupa muito, Sr. Presidente, o Projeto de Lei n.º 108/2022, que o Governador Ratinho Junior encaminhou, no qual ele coloca, ele cria valores aos serviços prestados pela Polícia Científica, valores que até hoje não são cobrados e que a partir dessa lei, a partir da aprovação dessa lei, serão cobrados valores que começam em torno de R\$ 13,00 até R\$ 10 mil por serviços prestados. Entendo que esse Projeto não pode ser aprovado nesta Casa de Leis, precisamos pensar o quanto isso vai onerar o povo do Paraná, o trabalhador que precisa desse serviço, não podemos concordar, o Governador está criando, na verdade fala de valores cobrados, de serviços cobrados, mas é uma taxa que está sendo cobrada de todos os trabalhadores, de todos os paranaenses que vão precisar usar desse serviço. Então, fica aqui o nosso pedido já de voto contrário a esse Projeto. É um absurdo o valor que está sendo colocado e que será cobrado pelos serviços prestados. E também, Sr. Presidente, infelizmente não posso deixar de falar aqui, estamos indo para o final do mês de março, o mês que comemoramos, ou falamos muito como mês da mulher, que é um mês que é celebrado pela luta das mulheres, e muitas que já nos antecederam, muitos anos e anos de luta, para que as mulheres pudessem realmente ir conquistando o seu espaço, seja no campo econômico, social, político, sempre falo que ainda um tanto tímido, mas as mulheres vêm ocupando esse espaço, um espaço que por muitos e muitos anos foi visto mais como um espaço mais masculino. E nesse sentido estamos hoje falando em nome das mulheres, mulheres que estão conquistando espaço, mas que infelizmente ainda a violência que ocorre contra a mulher é muito grande e precisamos nos unir muito mais para que possamos vencer, fazer o enfrentamento a essa violência. Tivemos, infelizmente, neste mês de março, Sr. Presidente, tivemos só no município de Francisco Beltrão dois feminicídios, um no início de março, no dia 6 de março, e um no dia de ontem, no dia 28 de março, tivemos mais um feminicídio seguido de suicídio. Infelizmente percebemos que a violência contra a mulher está crescendo e muito. Percebemos, Sr. Presidente, que nesse período, principalmente depois da pandemia, é um período que a violência

cresceu ainda mais. Precisamos, Sr. Presidente, fazer o enfrentamento, precisamos de políticas públicas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Por favor, por favor, Deputado Gugu, o seu microfone está dando... Deputado Michele.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Precisamos de políticas que realmente façam esse enfrentamento e que consigam assegurar às mulheres que hoje sofrem de violência, mulheres que estão sendo ameaçadas, precisamos de mais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Infelizmente, Sr. Presidente, muitas mulheres que estão sendo assassinadas estão com medidas protetivas, mas mesmo assim acaba acontecendo o assassinato dessas mulheres. A violência cresceu muito, a violência contra a mulher vem crescendo muito, e precisamos, sim, unir nossas vozes, não podemos nos calar diante disso, porque na verdade quando falamos do assassinato de uma mulher, ou seja, cada pessoa humana morre um pouco quando a uma é negado o direito à vida. Queria aqui fazer essa fala, que foi do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, aqui na nota de pesar pelo assassinato de mais uma mulher no município de Francisco Beltrão. Então, não podemos nos calar, sim, precisamos unir nossas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, o seu tempo encerrou. Próximo orador, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, Mesa Diretiva, Sr.^º e Sr.^{ªs} Deputadas. Senhor Presidente, venho a esta tribuna, que já fazemos um trabalho em todo o Estado do Paraná ao longo dos 35, 36 anos, de medicina preventiva. Falamos sobre patologia, sobre doenças, prevenções de doenças. E agora, hoje, muito feliz com a diminuição daquele

movimento intenso que tínhamos nas UTIs, quantas vidas foram perdidas, quantas pessoas nos deixaram e felizmente essa pandemia está indo embora. Felizmente, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, Deputado Galo, sabemos que as patologias que levaram tanta gente, essa virose que levou tanta gente, e agora as pessoas, se Deus quiser, vão voltar à atividade normal para que nosso País, nosso Estado se desenvolva muito mais. Essa preocupação que temos com a saúde, este mês, quando as pessoas falam na prevenção, Deputado Guerrinha, na prevenção de câncer de colo e de reto, aquilo que tem, Deputado Guerrinha, quando as pessoas se falam naquela patologia, aquela doença que as pessoas têm um tabu muito grande, Deputada Mabel Canto, aquele trauma, aquela vergonha de fazer os exames preventivos para que possa salvar a sua vida, as pessoas não fazem. Quando você orienta, em todos os lugares, em todas as empresas quando fazemos palestras, falamos: “Faça prevenção, cuide da sua saúde”. Meu Deus do céu, será que tem que esperar, Deputado Bazana, tem que esperar o câncer tomar conta de todo o intestino, de todo o colo, para que você faça a sua prevenção? Depois faz a prevenção, faz o diagnóstico, aí o médico abre, opera, coloca uma bolsa de colostomia, sendo que poderia ser evitado por meio da medicina preventiva. Como estamos falando de câncer de colo e reto como todos os outros existentes, você mesmo em casa, você pode fazer o diagnóstico, você pode ajudar o profissional da saúde, quantas vezes você vai fazer as suas necessidades fisiológicas e você não olha para o vaso sanitário, você pode encontrar algumas fibrinas, algum sangue, algumas coisas escuras, e achar que não é nada, mas isso pode ser um câncer na fase inicial. E quando você, Deputado Fruet, acha um câncer na fase inicial, você faz a biópsia, ou com o próprio aparelho, por endoscopia, você tira e salva a tua vida. Existem muitos profissionais aqui, Deputado Gugu, muitos profissionais qualificados e preparados que fazem esse trabalho, não só em Curitiba, Maringá, como em todo o Estado do Paraná. É isso que fazemos, um apelo à população. Esse incentivo que fazemos, Sr. Presidente Deputado Ademar Traiano, o senhor que tem uma filha médica da área, que faz oftalmo, que conhece, outra que sabe tudo de medicina. Sabemos, nosso Presidente Deputado Ademar Traiano, que a prevenção sempre foi a cura.

Por isso que faço esse trabalho em todo o Estado do Paraná, aproximadamente 38 anos, em todas as cidades, em todas as empresas, orientando a população. É um apelo que fazemos à Secretaria de Estado da Saúde, ao nosso Secretário Beto Preto, que orientem, façam fólder, faça um trabalho com toda a população falando da prevenção em todo o Estado do Paraná, porque não queremos, Sr. Presidente, deixar passar em branco essa orientação. Por incrível que pareça, vocês já perceberam que o câncer, Deputado Requião Filho, só acontece na família dos outros, você nunca pensa na sua família, você nunca pensa em você, mas acontece na nossa família também. Então, todo cuidado é pouco. Então, Sr. Presidente, deixo aqui este recado, hoje, já que estamos falando de câncer colorretal, já que sou... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tercílio, por favor, para concluir.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): O Deputado Tercílio é um grande Deputado. Obrigado, Deputado...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Tercílio estava aqui no meu ouvido, mas são dois médicos iguais. Deputado Tercílio estava me contando umas histórias aqui do médico, do ortopedista, do cirurgião e confundi as coisas.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Além de um grande médico, o Deputado Tercílio é um grande amigo nosso, Presidente Deputado Ademar Traiano. Só para dizer, Sr. Presidente, que vamos dar continuidade ao nosso trabalho como médico, como cirurgião. E digo aos senhores: operei já muitos cânceres de colo que poderiam ser evitados. Muitas vidas foram salvas porque o médico, a bem da verdade, é um técnico. Operar é uma técnica. Estudei vários anos, estudo até hoje, mas quem cura é Deus. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Agora sim, Dr. Batista, V.Ex.^a está liberado da tribuna. Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o Deputado

Marcio Pacheco é o próximo orador e ele vai usar a tribuna para prestar uma homenagem aos nossos amigos Marcos Formighieri e João Formighieri pelos 30 anos de fundação do seu jornal. Marcos, por favor, tome assento aí na cadeira, o João também. Deputado Marcio Pacheco com a palavra.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos que nos acompanham de casa pelas redes sociais, pela nossa *TV Assembleia*. Um dia sem dúvida especial para Cascavel, para o Paraná, porque estamos aqui nesta tarde, neste momento, quero usar deste tempo para entregar uma homenagem muito justa em nome do jornalista e empresário Sr. Marcos Formighieri, que nos dá a honra de estar aqui nesta tarde, acompanhado do irmão, Sr. João Formighieri, mas estender, Sr. Marcos, esses cumprimentos nossos aqui, esse reconhecimento a toda equipe tão competente da *Gazeta do Paraná* nesses 30 anos, 30 anos de bom jornalismo e de muita tradição, tanta tradição que conserva até os dias atuais, Deputado Gugu Bueno, o formato de jornal em tamanho grande inclusive. Um dos primeiros jornais, talvez o primeiro ali, a ter a impressão colorida lá na cidade de Cascavel. O Sr. Marcos, como fundador, sabe da honra que é nesta tarde ter, 30 anos depois... Imagine uma empresa com 30 anos e uma empresa de jornal com tanto nome, com tanta credibilidade, que é a *Gazeta do Paraná*. E, além disso, fazer também uma deferência muito especial ao Sr. Marcos Formighieri, um homem público que merece o nosso reconhecimento, mais jovem Vereador do município de Cascavel, Vereador por dois mandatos. O filho do primeiro Prefeito do município de Cascavel, Presidente Deputado Ademar Traiano, é o pai do nosso querido Sr. Marcos Formighieri, que está aqui nesta tarde. Então, quero agradecer a V.Ex.^a, Presidente, que também consentiu. Temos toda uma dificuldade regimental para organizar, mas o Presidente foi condescendente para fazermos esta homenagem nesta tarde. Quero agradecer este espaço. Agradecer também a presença do André Bueno, nosso sempre Deputado, que está aqui nesta tarde para acompanhar esta homenagem, Deputado Gugu Bueno, e os outros Deputados, Coronel Lee, Deputado Adelino Ribeiro, que estão nos acompanhando também *on-line*. Então, receba a nossa homenagem, Sr. Marcio Formighieri, e muito

reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua capacidade de escrever, de produzir e de ser esse grande empresário, que fez com que a *Gazeta do Paraná* continuasse sendo o nosso grande orgulho na cidade de Cascavel. Quero pedir ao Sr. Presidente que, se assim conceder também, que pudéssemos, na sequência, ter uma pequena suspensão da Sessão, que não é normal, mas V.Ex.^a sempre tão gentil, que pudéssemos suspender para que todos os Deputados pudessem estar conosco nessa foto de entrega dessa homenagem, por essas três décadas desse grande jornal, da *Gazeta do Paraná*, que é grande orgulho, que é patrimônio de Cascavel, que é patrimônio do Paraná, orgulho para o Brasil. Viva a *Gazeta do Paraná*, Sr. Marcos! Viva o nosso Paraná! Viva a nossa Cascavel! Que tenha outros 30, outros 60, outros 100 anos tantos pela frente a *Gazeta do Paraná*, e vida longa também ao senhor e a toda a equipe tão qualificada. E digo sempre assim, Guerra, o jornal é de tanta qualidade que, modéstia à parte, tenho uma equipe muito qualificada, e dois jornalistas que tenho na minha equipe são filhos da *Gazeta do Paraná*, são filhos do Sr. Marcos Formighieri, que é o João Guilherme que está nos acompanhando neste horário, e também o Fernando Maleski, dois grandes jornalistas que fazem parte da nossa equipe, filhos da *Gazeta do Paraná*. Obrigado, Sr. Presidente! Parabéns! Deus abençoe! Vida longa ao senhor e a toda a equipe da *Gazeta do Paraná*!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Marcio, o nosso amigo Marcos pede para fazer uso da palavra aqui por alguns instantes; vou permiti-lo, depois fazemos a entrega da Menção Honrosa. Pode falar, Marcos.

SR. MARCOS FORMIGHIERI: Senhor Presidente Ademar Traiano, Sr.^s Deputados. Poderia aqui fazer toda uma dissertação sobre a *Gazeta do Paraná*, a sua história e a sua vivência no nosso Estado, naquilo que a *Gazeta* cobriu, contribuiu e deu em vários setores da administração pública e da sociedade paranaense a sua contribuição. Mas quero, antes de mais nada, e sobretudo, fazer neste recinto, que é a sede do primeiro Poder em nosso Estado, um reconhecimento que torno sempre que possível público, qual seja, o de reconhecer a enorme injustiça que se comete no Brasil inteiro com a classe

política. E vou citar aqui aos senhores, nobres Deputados, um pequeno levantamento que fiz quando aquele circo da *Lava Jato* se instalou no País, para perseguir administradores públicos, para perseguir políticos. Sempre disse e repeti que o mal que aquilo ia causar ao Brasil era muito maior do que qualquer benefício. E cito como exemplo o exercício do mandato e a defesa do interesse público dos nossos Deputados de Cascavel. O Marcio Pacheco que aqui está, um exemplo de homem público. Não é só aqui nesta Assembleia, basta ir levantar a trajetória pública do Marcio na Câmara Municipal de Cascavel. O Gugu Bueno que aqui está, outro exemplo de homem público. O Professor Lemos que lá está, o Adelino, nosso Deputado, e estendo esse meu reconhecimento a todos os Deputados que ocupam o Plenário desta Casa. Mas a pesquisa que fiz dizia respeito ao seguinte. Digo: Mas será possível que todo Congresso Nacional está contaminado? Todo Congresso Nacional precisa ser fiscalizado, julgado, punido? Fui pesquisar e dos seiscentos e tantos Parlamentares no Congresso Nacional, entre Deputados e Senadores, menos de 10%, menos de 10% tinham algum indício de desvio de conduta. Ora, se em 600 Parlamentares ou mais só conseguimos levantar, só consegui levantar indícios, indícios, porque uma coisa que está acontecendo no Brasil, que é deplorável também, é o fato de uma pessoa ser condenada por suposição, por um indício. Não poderia deixar passar esta oportunidade para reafirmar o que penso aqui nesta Casa, porque esta Casa é a sede do primeiro Poder do Estado, do poder político. Vossas Excelências, Sr.^s Deputados, são as vítimas primeiras e maiores de ações desse tipo e a população, o povo que os elege, que confia em vocês, tem a obrigação de defendê-los, não é de fazer coro com meia dúzia. Por isso, quero, ao finalizar, agradecer de coração ao Deputado Marcio Pacheco. Deputado, você tem o nosso agradecimento eterno da *Gazeta do Paraná*, da família da *Gazeta do Paraná*, o meu pessoal e também porque, Deputado, você é um exemplo de Parlamentar. Você dá uma demonstração de como a política tem que ser exercida no País, assim como todos os demais Deputados desta Casa. É importante que se diga isso, que se comece a dizer aqui e que neste ano eleitoral, principalmente, venhamos a dizer para o Estado inteiro: reconhecemos o trabalho de vocês aqui,

reconhecemos que muitas vezes, na maioria das vezes, esse trabalho, embora seja em proveito do Estado e da sua população, faz com que vocês sejam injustiçados. Parabéns a Curitiba, nossa belíssima Capital que aniversaria no dia de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Suspendo a Sessão momentaneamente, para que possamos fazer a entrega da Menção Honrosa ao Marcos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está reaberta a Sessão. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Professor Lemos; e Galo.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar toda população que acompanha a nossa Sessão. Estamos discutindo, desde ontem, os projetos que foram protocolados pelo Governador Ratinho Junior, que trata da carreira, do salário, das condições de trabalho dos servidores públicos, servidores públicos civis, também do pessoal militar. Os projetos chegaram aqui de última hora. Nesta tribuna falamos várias vezes que o Governo precisava mandar o mais rápido possível os projetos, para que pudéssemos fazer uma análise bem aprofundada. Falávamos, também, que o Governador precisava acolher, na Comissão que estava debatendo os projetos, acolher aqueles que são os maiores interessados: os servidores públicos. No caso do pessoal militar, que recebesse, na Comissão de Trabalho, os Praças. São os Praças que estão mobilizados. Em menos de um ano, fizeram o terceiro acampamento aqui na Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao Palácio, em frente à Assembleia, e que tem demandas que são justíssimas. Então, nós, da Oposição, tomamos a decisão de, com o Deputado Fruet e outros Deputados, apresentarmos emendas aos projetos para corrigir injustiças aqui apresentadas na

redação original com relação à Polícia Civil e à Polícia Militar. Com relação aos militares, apresentamos emendas aqui para corrigir o texto, para corrigir a tabela salarial, para não reduzir direitos, como, por exemplo, o adicional por tempo de serviço, que chamamos de quinquênios; como, por exemplo, a diferença entre uma patente e outra. Vejam, se você olha do soldado ao subtenente, está havendo um achatamento da tabela. Um subtenente, por exemplo, ficaria com apenas 5% de acréscimo com essa proposta original. Então, apresentamos uma emenda, na verdade são duas emendas, emendas tratando de vários dispositivos desse Projeto. Queremos que essas emendas sejam acolhidas e, como o Deputado Fruet já adiantou, fizemos uma reunião com o Deputado Traiano, o Deputado Presidente da Assembleia, que nos deu a garantia de que vamos votar em tempo. Mesmo apresentando as emendas, ele vai chamar tantas Sessões quantas forem necessárias para votar em tempo os projetos. Tanto o Projeto que interessa à Polícia Militar, à Polícia Civil, quanto os projetos que interessam às outras categorias, e aí também apresentamos Projeto, por exemplo, para acrescentar aqui o QFEB. Os funcionários de escolas ficaram de fora da gratificação, que é o auxílio-alimentação de R\$ 600,00. Não pode ficar de fora. A categoria que tem o menor salário no Estado são os funcionários de escolas. Então, apresentamos esta emenda ao Projeto 107. Também a emenda que traz os professores, o quadro próprio do magistério. Por que razão professores e professoras não poderão ter o auxílio-alimentação? Por que essa discriminação? Também apresentamos aqui a proposta para os trabalhadores das universidades, os profissionais que estão no ensino superior. Por que ficarem de fora? Precisam estar incluídos. E os aposentados e aposentadas do Poder Executivo, de todas as categorias. Por que uma professora ou um professor aposentado vai ficar de fora? E aí estamos propondo aqui a gratificação chamada AMI, que é: *Concede aos aposentados oriundos do quadro do Poder Executivo auxílio melhor idade.* A composição de gasto de quem está aposentado é maior do que quem está na ativa. Precisa mais recurso para tratamento de saúde, por exemplo. Então, é muito importante que os aposentados e as aposentadas não sejam abandonados. Aliás, essa tese de abandonar os aposentados é uma tese do liberalismo econômico.

Encontramos, por exemplo, em 1798, no *Ensaios*, de Thomas Malthus, que é um liberal, o que ele escreve lá? Que o Estado não tem que proteger as crianças porque elas ainda não produzem, e tampouco tem que proteger os idosos, porque eles já não produzem mais. Então, esta proposta do Ratinho de sempre desprezar os aposentados idosos, é uma proposta liberal. Isso está errado. Isso precisa ser corrigido. Por isso, aqui na Assembleia estamos apresentando emendas para corrigir, tanto para o pessoal militar que está na reserva quanto para os servidores civis que estão aposentados. Não podemos abandonar aqueles que fizeram o nosso Estado funcionar ao longo de todos esses anos, e herdamos dos nossos aposentados, e no caso da polícia quem está na reserva, herdamos as conquistas que agora estão tirando. Não podemos permitir que essas conquistas feitas ao longo dos anos pelos servidores que já estão na reserva, no caso dos militares, dos civis que estão aposentados, sejam retiradas. Por isso, a nossa luta veemente aqui na Assembleia Legislativa em defesa do interesse público, em defesa do servidor e da servidora pública, em defesa do serviço público de qualidade para nossa população. Então, estamos aqui apresentando as emendas, queremos solicitar aqui o apoio de todos os Deputados e Deputadas, porque se não aprovarmos essas emendas a maioria dos servidores ficará prejudicada. Teremos servidores da ativa prejudicados, aposentados prejudicados, também pessoal militar da ativa prejudicado e pessoal militar da reserva também prejudicado. Então, em tempo, apresentamos as emendas e queremos o apoio de todos os Deputados e Deputadas nesta Casa, para fazer justiça a quem faz o Estado acontecer, com Governo, sem Governo, e muitas vezes apesar do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Galo. Só tome cuidado! Fala pouco, Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Excelência, vou preservar o cidadão lá. Senhoras e senhores, quero cumprimentar primeiramente o nosso Presidente Traiano, como sempre muito elegante, nossa Mesa Diretora, as nossas Deputadas, a nossa querida Deputada Mabel que se encontra entre nós aqui, as demais Deputadas, nossos funcionários e todos que estão acompanhando neste momento aqui.

Parabéns! Parabéns! Parabéns nossa Curitiba, Pastor Gilson, nosso querido diretor da Mesa da Assembleia Legislativa, porque estamos completando 329 anos, 329 anos. Curitiba é gostosa, Curitiba é bonita, madura, mas temos que comemorar muita coisa. Por que temos que comemorar? Vamos comemorar o quê? Será que alguém tem a ousadia de fazer um grande bolo e chamar o povo: *Venham! Venham comer o bolo do aniversário de Curitiba!* Falei que não ia falar *do cabra*, mas é só um pedacinho dele. Mas Curitiba, quando você sai para a periferia, vai comemorar o quê? O que você vai comemorar de Curitiba quando você sai, quando você entra para periferia? É muito pouco, senhoras e senhores. Como é que comemoramos Curitiba quando a saúde neste País, e Curitiba não é diferente, deixa tanto a desejar nas tais UPAS, que, aliás, nem deviam existir essas UPAS. Deveríamos ter pequenos hospitais. Nesses pequenos hospitais que o povo fosse atendido de uma maneira célere e com excelência de atendimento. Imaginem: Curitiba vai comemorar e vai ter que olhar para fila. Hoje, uma fila está enorme. Em qualquer UPA da cidade temos fila de atendimento da saúde. Mas, neste momento, deixando as críticas, que parece até que sou ranzinza, e prometi ao Sr. Presidente que não iria falar dele, mas vou apenas dizer que: *Curitiba é muito linda! Vem para Curitiba!* Que você seja muito feliz, Curitiba! Nós te amamos! Então, ao nosso povo querido, povo que respeitamos e amamos, os parabéns! Aos meus colegas que são jornalistas, que são repórteres, que sabem contar a história desta cidade, nós, que aqui não tem a bancada da comunicação, que tem todo tipo de bancada, mas não tem a bancada dos fotógrafos, dos radialistas, não tem, mas estes contam a história da cidade. Pergunte para qualquer jornalista, para qualquer radialista a história de Curitiba. Ele vai dizer para você assim: qual lado você quer que fale? O caos ou a maquiagem? Só nós temos aqui a condição e sabemos a realidade. Muitos sabem, mas aí é melhor ficar igual macaquinho, aquele que é surdinho, que não enxerga e que é mudinho. Faz parte do jogo. Parabéns, Curitiba! Ao povo de Curitiba, parabéns! Linda Curitiba, Sr. Presidente. Viu, não falei, quase não falei *do cabra* lá. Parabéns, Sr. Presidente, por nos representar também, afinal de contas, Mesa Diretora, é aniversário de Curitiba. Vida longa, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do PSDB, Deputado Michele Caputo.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Michele Caputo (PSDB); Delegado Jacovós (PL); Tadeu Veneri (PT); Goura (PDT); Soldado Adriano José (PV); Arilson Chiorato (Oposição); e Hussein Bakri (Governo).

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, demais membros da Mesa, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham. Quero começar hoje, com muita alegria, e comunicar a filiação, nesta data, da Deputada Cristina Silvestri que, com a Deputada Mabel Canto que se filiou alguns dias atrás, repõe a bancada de três Deputados, com a minha pessoa, do Partido da Social Democracia Brasileira. Tenho muito respeito pelo Deputado Paulo Litro. Desejo muita sorte ao Deputado Traiano no novo partido, mas ganhamos também duas importantes Deputadas, mulheres corajosas, guerreiras que vão somar muito neste momento que o partido atravessa de fortalecimento e reconstrução. Também quero agradecer ao Presidente Traiano, porque me designou hoje para participar das festividades na Câmara de Vereadores de Curitiba dos 329 anos. Vejo que temos muitas soluções, temos alguns problemas, mas vejo que aqui os problemas são muito menores do que no resto do País, via de regra. Então, precisamos comemorar tudo isso. E, nas minhas redes, fiz um destaque especial à gestão da saúde em Curitiba e dos trabalhadores da saúde da iniciativa privada e pública que deram uma resposta, talvez, em um dos piores momentos da história da cidade, que foi o enfrentamento competente da pandemia. Quero também abordar duas outras coisas que, infelizmente, estou muito desapontado. Uma é a questão do ICMSSP, que a Fazenda está cobrando e deu como prazo 31 de março. Venho há mais de um ano, com outros Deputados, com o Líder Hussein, e quero destacar o esforço dele, vetaram, não nos deixaram discutir os vetos, e agora o prazo é depois de amanhã. Agora não tem o que fazer. Ou paga, quem tem dinheiro, ou não paga. Só que quem não paga, porque não tem dinheiro e quer discutir melhor, ou esperar a nossa decisão aqui na Assembleia,

simplesmente terá que pagar multas também. Então, é uma situação que é *uma faca no pescoço* de 1.900 farmácias, pelo que fomos informados. Não era isso que esperávamos. Esperávamos discutir os vetos. Mantê-los ou não, porque houve um acordo aqui na Assembleia no final do ano passado e esse acordo a Secretaria da Fazenda não cumpriu. Não cumpriu. Esperávamos uma prorrogação do prazo para pagamento desta primeira parcela, coisa que também não aconteceu e não vai acontecer. A última Sessão é amanhã e a questão dos vetos não passou nem pela CCJ. Outra questão, no item 8 da pauta de hoje, também quero falar de coisas antigas. Não sou oportunistas de momento. Nunca fui. Não vou ser. É sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 2/22. Já discutimos isso aqui. O policial penal é o agente penitenciário. Ninguém quer ser policial penal além do agente penitenciário. Agora, o órgão da Polícia Penal não é composto só pelo policial penal, que é o agente penitenciário. Ele é composto também pelos agentes. Pelo agente de apoio, de execução e pelo agente profissional, porque não é só encarceramento. Você tem uma série de outras funções dentro do sistema. E todos esses profissionais já trabalham no Depen, que hoje será sucedido pelo órgão da Polícia Penal. Então, vemos esse povo fora de toda e qualquer discussão da lei de cargos e oportunizamos o Projeto de Lei e fez uma emenda. Não somos contra os benefícios dessa lei específica que virá para o policial penal, mas queremos que componha tudo isso e que seja discutido na lei também esses três agentes, porque eles fazem parte, há décadas, desse sistema. Então, fiz uma emenda. Quero agradecer aos Deputados e às Deputadas que assinaram. Foi na casca, porque, estranhamente, muita gente, que diz que defende servidor, não assinou. Outros que defendem justiça também não assinaram, mas é assim que é a vida. Assinei também uma emenda da Deputada Cristina, que soma nesse processo a questão dos socioeducativos e também dos motoristas. Então, bom trabalho a todos. Quero que a serenidade e a democracia prevaleçam. Sei que tem uma série de emendas sendo apresentadas. Eu mesmo, como acabei de dizer, apresentei uma, que é fruto de uma discussão que travo já há mais de um ano com vários órgãos do Governo e aqui também na própria Assembleia. Espero maturidade e serenidade de todos. Um abraço e bom trabalho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pelo PL, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente Traiano, Mesa Diretora, demais pares. Muito bem. Estamos, obviamente, todos empenhados nesta questão de análise desses projetos que chegaram à Casa tratando, especificamente, da área de segurança em data de segunda-feira. E, neste momento, acabo de vir de uma reunião na Casa Civil. Estávamos lá reunidos com o Diretor-Geral, Dr. Luciano. Estava lá também o Deputado Delegado Fernando, entidades da Polícia Civil, sindicato da região de Londrina, Associação dos Delegados de Polícia, Sindicatos dos Delegados de Polícia e tudo mais e também presente o Delegado-Geral. E o que eu disse lá ao Ex.^{mo} Delegado-Geral da Polícia Civil é que tudo isso que está ocorrendo aqui na frente da Assembleia, tudo isso poderia ser evitado se há mais tempo o Departamento da Polícia Civil *calçasse as sandálias da humildade* e estivesse vindo aqui na Assembleia Legislativa discutindo com os Deputados. Sabemos que o Estatuto da Polícia Civil ficou parado lá no Conselho da Polícia Civil. *Sentaram em cima* do Estatuto da Polícia Civil lá há três anos. O Delegado Fernando estava presente lá na sala e viu que os ânimos lá não ficaram muito calmos, porque o que tenho que falar já falo na cara do sujeito. Não fico mandando recado. E, efetivamente, poderíamos evitar toda essa situação que estamos presenciando, pois todos sabem, com todo o respeito que tenho ao Líder Hussein Bakri, o Projeto chegou aqui à Assembleia Legislativa às 14h30min a mensagem chegou, na segunda-feira. Como que você vai discutir um Projeto aos 49 do segundo tempo, não há tempo. O Projeto, especificamente estou falando da Polícia Civil, tem inconsistências. Só para vocês terem uma ideia, se pegar e analisar o art. 1º, que fala de uma gratificação aos Delegados que acumularem mais de uma Comarca, porque tem também, no Estado do Paraná, não sei se vocês sabem, tem escala de serviço que Delegado, no final de semana, responde por 40 cidades, um Delegado. É Delegado de outro mundo. E não venha aqui o Departamento falar que estou dando informação falsa que tenho aqui a escala de serviço. Então, um Delegado, no final de semana, respondendo por 40 cidades. Ou seja, a população não está sendo atendida no

Estado do Paraná. E a Liderança do Governo também tem conhecimento, sabe que hoje no Estado do Paraná temos uma falta de mais de 50 Delegados e a Polícia Civil trabalha com 40% do efetivo. Mas, assim, senta-se lá o Delegado-Geral da Polícia Civil e ele acha que pode resolver tudo. Ele não conversa com os sindicatos, não conversa com Associações, não conversa com a Assembleia Legislativa e aí essas inconsistências. Mas no art. 1º está lá que aquele Delegado que responder por mais de uma unidade tem direito a uma gratificação. Mas aí diz assim: *apenas em sede de Comarca*. Então, vou dar um exemplo, falei até com o Líder Hussein, o Delegado de União da Vitória, que conheço bem a região lá, ele é Delegado-Chefe de União da Vitória e responde também por Porto Vitória, que é uma cidade próxima lá. Então, ele tem direito a uma gratificação. Agora, o Delegado de União da Vitória que responder por Mallet, que é uma comarca, não tem direito a receber a gratificação, porque não está na mesma sede de comarca e são comarcas distintas. E verificamos esse erro e fomos dizer que tem que ser corrigido. Inclusive a Liderança do Governo assim também entendeu e tem uma emenda nesse sentido. Mas o Departamento da Polícia Civil diz que não. Diz que eles estão certos. E aí vai obrigar, depois, um Delegado a entrar com um requerimento administrativo para buscar aquilo que é direito. Outra coisa, quando você propõe uma gratificação apenas para o Delegado-Chefe de uma subdivisão policial e você não propõe para o Adjunto, porque quem conhece o Estatuto da Polícia Civil sabe que o Delegado da cidade é o Delegado Adjunto. O Delegado-Chefe da subdivisão é o Delegado Administrativo, mas o Delegado da cidade é o Adjunto. E aí o Delegado Adjunto não tem a gratificação. E aí, Presidente Traiano, o senhor sabe que temos várias operações no Estado do Paraná que somos apoiados pelo GOA, que é o Grupamento de Operações Aéreas. E aí o Delegado que está lá pilotando o helicóptero e tal e correndo risco todos os dias não tem direito a uma gratificação. Aí, lógico, essas coisas tenho que contestar aqui. Acho que se é direito de um. Estamos prevendo uma gratificação, temos que prever essa gratificação ao Denarc, ao Nucria, à Delegacia da Mulher. É isso que disse ao Delegado-Geral. É isso que estamos contestando. E não fomos chamados para podermos dar a nossa opinião. Se chama o Delegado Fernando: *Olha, isso aqui, é*

melhor não dá para ninguém a gratificação. Não tem como. Mas aí somos os errados. A Assembleia Legislativa que está atrapalhando no contexto deles. Então, estamos apresentando uma emenda. Disse ao Líder do Governo: *Não tem como eu não apresentar uma emenda.* Se tem uma gratificação para o Delegado-Chefe da subdivisão, tem direito o Delegado Adjunto e tem direito o Delegado da Especializada. Então, quer dizer, a Delegacia da Mulher de Ponta Grossa não tem direito, a Delegada da Delegacia da Mulher de Ponta Grossa, que é uma especialidade, não tem direito à gratificação, que, às vezes, tira plantão na subdivisão. Além de ser Delegada da Mulher, Mabel, ela tira plantão, ela está na escala. Então, assim, são coisas malfeitas, em cima da hora. Não chamam os Deputados para discutir. E, obviamente, isso aqui que estou falando a Liderança do Governo não tem, absolutamente, culpa de nada, porque também chega o Projeto para ele duas horas antes. Então, o Dr. Luciano, o Diretor-Geral da Casa Civil, acho que estava vindo aqui na Assembleia para falar com o Líder. Agora, obviamente, temos situações, como é o caso da Polícia Penal, o Projeto aguardado há mais de 20 anos que se luta por esse plano de cargos e salários. Está aqui o Vice-Diretor Silveira, está aqui o sindicato. E eles são muito gratos à Assembleia Legislativa, Deputado Traiano, falaram isso ontem lá na Casa Civil, pela forma que foram recebidos aqui, pela forma que foram tratados por todos os Deputados, por V.Ex.^a, por todos os Deputados desta Casa. Mas eles são humildes. Eles vêm aqui, conversam com os Deputados, procuram verificar o que é possível para a carreira deles. Infelizmente, o Departamento da Polícia Civil não precisa da Assembleia Legislativa. Eles querem, não sei, uma forma de confronto conosco aqui, não sei por qual razão. Então, tudo que aconteceu lá, Delegado Fernando, naquela sala, o Delegado Fernando quase que saiu da sala, porque a coisa não ficou boa lá, mas o que estou dizendo aqui é que não se conversa. E tudo isso que está ocorrendo aqui hoje, esses protestos, poderiam há muito tempo estar sendo conversado. Líder, tenho certeza, falei aqui, Líder, que o senhor também recebe aqui as coisas em cima da hora, às vezes, fazer o quê? Tenta arredondar. Como é o caso da gratificação que V.Ex.^a entendeu hoje de manhã e vamos verificar o que é possível. Quero dizer que hoje na Comissão de Segurança

fizemos o debate lá. O Deputado Fruet apresentou lá emendas, mas o momento agora também em Plenário pode ser apresentado emendas. Então, houve alguma divergência em grupos, vamos colocar, mentiras em grupos. Aqui em Plenário pode ser apresentado emendas. E, na medida do possível, apoiarei as emendas, porque não ficou redondo.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É aparte, Deputado.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Estão me boicotando aqui, Sr. Presidente. Inclusive sou testemunha. Quero agradecer aqui, Deputado Jacovós, pela sua intervenção, por ter brigado por nós lá, consegui aqueles 30 minutos, que foram importantes para apresentarmos a emenda. Você foi um grande guerreiro ali. Muito obrigado mesmo. Em público aqui o agradeço.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): É isso aí. Então, esperamos que as coisas melhorem, que a Liderança do Governo possa melhorar esse Projeto dentro das possibilidades. Muito obrigado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Queria convidar todos os Deputados da Comissão de Meio Ambiente para, imediatamente após a Sessão, reunião ordinária da nossa Comissão, com oito projetos em pauta. Projetos importantes, inclusive projetos que precisam do parecer da Comissão para ser pautado aqui no Plenário. Então, hoje, após a CCJ, temos reunião da Comissão de Meio Ambiente. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador pelas Lideranças, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Claro que temos, como disse aqui o Delegado Jacovós e outros Deputados, tido paciência e feito um esforço muito grande para que as coisas tomem um rumo, ou que seja o rumo melhor para a população paranaense. Não vou fazer aqui um debate a respeito dos projetos que foram apresentados e das emendas que estão sendo apresentadas, teremos agora CCJ na sequência, porque, parece-me, que há uma série de emendas aqui que buscam melhorar os projetos, inclusive, aqueles que excluem, por exemplo, as universidades do auxílio-alimentação. Ou o quadro do Detran, que estão aqui os nossos visitantes, são do sindicato do Detran, que paga para 500 ou 450 e deixa 900 fora. Mas se esse é um mundo difícil para alguns servidores não é para todos, Sr. Presidente, porque ontem recebemos dois projetos aqui, 109/202 e o Projeto de Lei Complementar n.^º 3/2022, dos auditores fiscais, que, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, com todo o respeito que tenho aos auditores e a todo servidor público, é uma vergonha. É uma vergonha no momento que estamos aí, os Delegados, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o próprio Líder do Governo buscando, de todas as formas possíveis melhorar 1%, Delegado Jacovós, meio por cento, 5%, aí vem os auditores fiscais com um Projeto, dois projetos. O primeiro 109/2022, seja assim: minuta, alguém aqui já viu um Projeto na Assembleia Legislativa entrar em pauta como minuta? Não é nem um Projeto, é uma minuta, que deveria ser, claro, depois, posteriormente, novamente feito, elaborado e viesse, mas minuta. Ele veio com carimbo de minuta porque não deu nem tempo para quem elaborou isso aqui fazer de forma correta. Esse Projeto, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas e aqueles que nos visitam, infelizmente sem galerias, agora sem máscara, mas ainda sem galerias, esse Projeto prevê, ontem comentamos com o Líder do Governo, que cada auditor fiscal que use o seu carro para o trabalho receba R\$ 5.200. Pedi vista ao Projeto ontem e acredito que será retirado de pauta.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Posso falar sobre ele?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já lhe dou aparte, Deputado. Vai ser retirado de pauta, porque não tem sentido alguém receber R\$ 5.200,00 para fazer aquilo

que é seu trabalho. *Ah, vai ser tirado de pauta.* Mas caramba, vai ser retirado de pauta porque pedimos vista, porque o Líder do Governo *levantou a lebre*, senão passava. Como é que alguém manda para cá um Projeto para receber mais R\$ 5.200,00 por utilização do carro, que não diz a quilometragem, que não diz o ano do carro, que não diz se o carro é seu comprado agora ou se é um Chevette, nada contra Chevette, Deputado Hussein. Se é um Corcel II, que, aliás, já tive. Se é um Caravan velho, que também já tive. Não. É um carro. Isso é abusar da paciência alheia. Como se isso não fosse suficiente, o mesmo motivo leva os auditores fiscais, não estou falando das pessoas, mas da entidade, a mandar um Projeto de Lei Complementar. Projeto de Lei Complementar n.º 3/2022, que altera a Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010 e dá outras providências. Essa lei é a que criou o fundo dos auditores fiscais. O que é o fundo dos auditores fiscais? É o valor que é cobrado, arrecadado, Delegado Jacovós, de toda arrecadação de multas, juros, tudo que tem, uma parcela vai para esse fundo. E esse fundo é distribuído entre os auditores fiscais. Na época disse que era uma caixinha. Alguns ficaram muito irritados comigo. É distribuído. Tem uma cota. Batida a meta. Recebe. Pois bem, agora, novamente como minuta, está aqui outra vez, é uma minuta, como minuta vem um Projeto que diz que essa cota está sendo incorporada aos salários. Essa cota está sendo incorporada aos salários, fazendo com que um salário de um auditor passe de R\$ 12.311,83 passe para R\$ 26.710,09. Os senhores entenderam o que significa isso? Um aumento de 116,09%. Vou repetir, porque talvez as pessoas não entendam. No momento em que alguns aqui ligados à Polícia, estão para lá, estão para cá, a Polícia está aí na frente, a APP está lá, o Sindicato da Saúde veio ontem aqui, todo mundo está esperneando para ter 3%, 9% e os auditores fiscais terão uma incorporação no salário que lhes dará 116% de salário, se esta Casa aprovar. Mas: *Ah, não é um aumento, é só incorporação do fundo, das cotas partes. Então, já ganhávamos isso, só estamos incorporando.* Detalhe, a incorporação agora permite, Delegado Bier, que vá para aposentadoria, vá para o 13.º, que vá para as férias e que o fundo permaneça. Qual é a lógica? Falamos hoje com o Presidente Traiano, inclusive, sobre isso. E o Presidente Traiano, obviamente, como Presidente desta

Casa, como aliás todos os Deputados, sofrem pressões o tempo todo e é natural que aconteça assim. Mas, Presidente Traiano, como podemos dizer que existe um fundo, esse fundo é distribuído entre os cerca de 750 funcionários hoje da Receita, os auditores, esse fundo agora não vai mais ser distribuído ali, porque está incorporado, mas esse fundo continua recebendo os recursos que são destinados, quando coletados os impostos, ou feitas as multas, as multas são cobradas, perdão, não os impostos, são destinadas também os valores para esse fundo. Então, eu crio o fundo, distribuo entre os auditores, agora, não extingo o fundo, só passo a cota parte para os auditores. Aumento em 116% os salários. E mantendo o fundo, que continua recebendo, e Delegados, e principalmente os policiais que estão aqui, que estão ali na frente esperneando para ter o 1% ou 2%, R\$ 610,00 de auxílio-alimentação. Esse valor, diz o Governo, que é o suficiente, ou não é o suficiente, mas é o possível. Mas aí, Deputado Goura, R\$ 610,00 não dá para pagar para todo mundo. Mas passar um salário de 12 mil para 26 mil é possível? Passar um salário de 11 mil para 24 mil é possível? Passar um salário de R\$ 5.386,00 para R\$ 11 é possível? É possível, se isso aqui for aprovado. Isso aqui significa 116% de aumento salarial. Pior do que ser 116% de aumento salarial, significa que além do aumento salarial de 116%, que não tivemos sequer condições de discutir isso aqui ontem, porque ele foi assinado eletronicamente às 15h19min, está aqui a assinatura eletrônica, ainda mantém o fundo para receber ainda percentuais. Ele foi feito no dia 28, ontem portanto, assinado pelo Secretário Renê, assinado pelo Sr. Roberto Zaninelli, que é o Diretor da Receita Estadual do Paraná e protocolado, protocolo *on-line*, às 15h17min. Estou buscando aqui porque fiquei impressionado com a agilidade, agilidade, 15h17min. E aí foi lido. E, às 17h, já estava na CCJ, para que os Deputados ali analisassem o Projeto que dá um modesto reajuste de 116%. Vamos votar contrário. Não tenho a menor dúvida disso. Não se trata aqui mais, Deputado Hussein, e o senhor, infelizmente, como o senhor falou, teremos pouco tempo para fazermos o debate, o senhor deixa a Liderança amanhã, mas é um debate que gostaria de fazer. Não se trata mais de dizer se o professor vai receber 10%, 5% ou 30% devido pelos governos atual e anterior. Não se trata mais de dizer se é polícia, como disse o Delegado

Jacovós aqui o policial tem que atender 500, 600, 700, sei lá quantos municípios, se trata se vamos votar 3% ou 5% ou R\$ 610,00 para alguns, para universidades, Professor, que não vão ter absolutamente nada, e 116%... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Aí não adianta choramingar, dizendo que *não, que gente é isso*. Aqui não se trata de Base ou de Oposição. Se estivesse na Base votaria contrário do mesmo jeito, como já fiz isso quando era Base do Governo Requião. Porque se trata de justiça. Não tenho condições, e vou orientar a Bancada do nosso Partido, os cinco Deputados do nosso partido e certamente nem precisaria de orientação, para votar contrário a isso. É um escárnio, é um vexame mandar uma minuta às 15h17, mandar uma minuta que sequer foi terminada; mandar um reajuste de 116% e manter o fundo para poder arrecadar mais e talvez daqui a dois, três anos, novamente, incorporar o fundo aos novos salários se houver congelamento. Não faremos isso, não deixaremos nosso nome nessa história porque isso nos envergonha. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Tercílio, obrigado Deputado Tadeu que me antecedeu, sempre muito coerente, lúcido e trazendo pontos para nossa reflexão. Quero começar aqui, Sr. Presidente, parabenizando a capital paranaense pelos seus 329 anos de fundação. Curitiba essa cidade que acolhe a todos e que, com sua linda história de bom planejamento urbano de boas práticas urbanísticas, merece muito mais. Vivemos em uma cidade ainda muito excludente, uma cidade muito violenta e uma cidade que tem um potencial a ser desenvolvido para garantir qualidade de vida para todas e todos. Mas externamos aqui, no Plenário da Assembleia, os nossos parabéns e nossos votos de que Curitiba seja, de fato, muito mais. Quero reforçar as palavras que foram feitas aqui, ditas antes pelo próprio Delegado Jacovós,

Deputado, que esse Projeto que diz respeito, Sr. Presidente, aos trabalhadores da segurança pública não poderia ter vindo dessa forma. Deveria ter vindo muito antes para termos o devido debate. Saudar aqui os servidores, os sindicatos que estão presentes, que estão também em frente à Assembleia, os policiais aposentados e tantos mais que estão aqui, na ativa, que estão no seu direito se manifestando. Então, a Bancada da Oposição, figura do nosso Líder, Deputado Arilson, apresentamos várias emendas para corrigir aquilo que entendemos que são problemas muito sérios do Projeto. Mas creio que o maior problema é este atropelo no processo legislativo. A nossa Casa como um Poder independente deve reafirmar, Deputado Tadeu, que as coisas não podem vir assim; não podemos admitir, como o senhor mostrou, um Projeto que chega como minuta. Não podemos tampouco admitir esta afobiação e o atropelo do processo legislativo. Então, fazer esse registro como Líder do PDT, que o PDT está junto dos policiais, Deputado Soldado Fruet, o PDT segue do lado certo da história. Senhor Presidente, Deputado Anibelli, minhas saudações, também quero registrar, com alegria, no dia de ontem foi aprovado em Plenário desta Casa em 1.^a discussão o Projeto de Lei que trata das doulas no Estado do Paraná. As doulas são profissionais de acompanhamento das parturientes, das gestantes no pré-parto, no parto e no pós-parto. São profissionais que cumprem um papel essencial para humanização do parto. Tive a honra, tenho a honra de ser um dos autores deste Projeto de Lei com o Deputado Gilson de Souza, com a Deputada Mabel Canto e mais recentemente, agora, a Deputada Cristina, nossa procuradora da mulher, com a Deputada Luciana, somaram-se neste importante Projeto. Já mostrei antes e mostro, mais uma vez, a nossa cartilha de combate à violência obstétrica, esse tema tão importante que é tão negligenciado. Estive, Sr. Presidente, agora nos últimos dias, em Francisco Beltrão, em Pato Branco, no sudoeste do Paraná, e participamos de um debate, de uma conversa com doulas, com profissionais que atuam nos direitos da mulher e relatos estarrecedores, horríveis, de violências cometidas contra as gestantes nas maternidades de Francisco Beltrão: maternidades públicas e privadas. E isso, infelizmente, não é exclusividade do município de Francisco Beltrão: a violência obstétrica está

presente em todas as maternidades do Estado do Paraná. Então, é nosso dever, Sr. Presidente, aprovarmos essa lei. No dia de hoje estamos protocolando emendas ao Projeto das doulas para que a integralidade do espírito do Projeto, da intenção do Projeto, que é a valorização das doulas e a humanização do parto, seja devidamente contemplada. O Projeto recebendo as emendas vai sair da Sessão, volta para a CCJ e esperamos, e aqui pedimos à Liderança do Governo essa sensibilidade para que as emendas sejam devidamente acatadas, e então possamos votar em 2.ª discussão o Projeto das doulas no estado do Paraná. Também quero, Sr. Presidente, agradecer, porque hoje, na CCJ, o nosso Projeto de Lei que trata do bambu, da cultura, do plantio do bambu, Deputado Tercílio, essa planta tão importante para o desenvolvimento econômico e ambiental do Estado do Paraná, esse Projeto foi aprovado hoje na CCJ. Quero agradecer a todos os membros da CCJ que o aprovaram, agradecer também aos coautores desse Projeto, o Deputado Anibelli que preside a nossa Comissão de Agricultura também está junto e que ele possa tramitar com celeridade e ser aprovado e discutido aqui, em Plenário. É importante que tenhamos este olhar para agroecologia, este olhar para o meio ambiente com o desenvolvimento de culturas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente. O bambu tem o potencial para a indústria têxtil, para a indústria de móveis, tem o potencial para a própria alimentação, então é a planta do futuro como tem se falado. Por fim, Sr. Presidente, logo após também os compromissos aqui da Assembleia, teremos uma reunião *on-line* com a assessoria do Ministro Barroso. Essa reunião tratará do tema tão importante que diz respeito a não reintegração de posse de áreas em conflito. Temos um documento da Coordenadoria Especial de Mediação dos Conflitos da Terra que traz um fato que, no Paraná, temos 183 áreas em conflitos. Desses, 73 estão em áreas urbanas e 110 em áreas rurais. O nosso pedido ao Ministro Barroso, e aqui como membro da Comissão de Direitos Humanos, pedindo licença ao nosso Presidente Deputado Tadeu Veneri, que haja a sensibilidade por parte do Governo Federal, por parte do STF, para prorrogação do prazo de não despejos no Estado brasileiro enquanto ainda vivenciamos essa situação calamitosa do aumento do desemprego, do aumento da crise econômica

e da precariedade, da vulnerabilidade de largas parcelas da população brasileira. Então, temos que entender que moradia é um direito, regularização fundiária tem que acontecer com todo o apoio e a ação do poder público. Então, teremos essa reunião, esperamos que seja frutífera e trarei aqui os resultados na sequência. Obrigado, Sr. Presidente. Reforço o convite aos membros da Comissão de Meio Ambiente, após a reunião extraordinária da CCJ, a nossa Comissão de Meio Ambiente se reunirá para deliberar sobre oito projetos em pauta. Obrigado, Presidente Tercílio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança do PSD, com a palavra o Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Senhor Presidente Deputado Tercílio, nossos Deputados, Deputadas que acompanham esta Sessão, todos que acompanham pela nossa *TV Assembleia*. Senhor Presidente, subo à tribuna para falar pelo horário da Liderança do PSD para registrar este momento importante que esta Casa está deliberando com esses projetos. Estamos tratando de diversos projetos de extrema e suma importância para a carreira dos nossos servidores públicos do Estado do Paraná. Estamos tratando, por exemplo, de um Projeto que amplia o auxílio-alimentação para diversas e diversas categorias, para milhares de servidores do Estado do Paraná. Estamos tratando também do Projeto que trata da carreira e do quadro próprio da nossa polícia penal, um sonho de décadas e décadas que está acontecendo neste momento, Sr. Presidente. Então, quando alguns lamentam este momento, comemoro este momento, porque é importante avançar de maneira concreta, é importante tomar a decisão política e fazer a coisa acontecer. E o que o nosso Governador Ratinho Junior está, neste momento, o Governo Ratinho Junior está fazendo neste momento, é fazendo a coisa acontecer. Esta Casa, liderada pelo nosso Presidente Traiano, não faltará com o povo do Paraná, com os nossos servidores, e votará essa semana esses projetos tão importantes, e, com isso, por exemplo, estaremos instituindo no Paraná a carreira e o quadro próprio da polícia penal. Mas quero, neste momento também, Sr. Presidente, dirigir-me principalmente à questão do Projeto da reestruturação

dos nossos policiais. E quero aqui usar este momento para reestabelecer algumas verdades, estabelecer algumas verdades, Deputado Arilson. A primeira: a luta dos nossos policiais é justa, mais do que justa, ela é necessária. Foram anos e anos de descaso. Temos no Paraná um grande desequilíbrio na tabela de vencimento e do subsídio. Isso é fato. Isso é fato. Temos que ter essa sensibilidade e entender esse clamor. Contudo, também é verdade, senhores, que não podemos ficar desconectados do contexto econômico estadual, nacional e mundial deste momento. O Governo Ratinho Junior está fazendo o que é possível fazer neste momento. Estamos falando, por exemplo, de um reajuste de 23% para o nosso soldado de classe inicial, mais a garantia do vale alimentação de R\$ 600,00. Então, um soldado que, por exemplo, no ano passado, recebia de remuneração de salário R\$ 3.400,00, passará a receber R\$ 1.400,00 de salário mais os R\$ 600,00 do vale alimentação, ou seja, próximo ou mais de R\$ 5.000,00. É um avanço significativo. Se é o suficiente, é evidente que não é suficiente. É claro que é necessário avançar e avançar mais, mas sem dúvida nenhuma não podemos faltar com a verdade e não reconhecer que é um avanço significativo, pois, embora todos saibamos, é importante sempre relembrarmos o momento que vivemos. Estamos saindo da maior crise da humanidade desde a Segunda Grande Guerra; estamos vivendo no momento uma crise econômica mundial. Nosso Governo Federal, nosso Presidente Bolsonaro apesar de todo o compromisso e o vínculo que tem com a segurança pública, não conseguiu dar ao longo desses quatro anos 1% de aumento, de reajuste, para os policiais. Um por cento. Então, é importante contextualizar todo este momento, para entendermos a grandeza e a importância desse avanço. Reforço aqui: é o suficiente? É o merecido? Não, porque foram anos e anos de descaso. Mas, sem dúvida nenhuma, esse reajuste proposto pelo Governo do Estado é, sim, muito significativo. Esses R\$ 1.000,00, de maneira nominal, de maneira clara, transparente, mais o vale-alimentação, com toda a certeza farão a diferença na vida de milhares e milhares de policiais. Terceira verdade que é importante estabelecer, Sr. Presidente: é que infelizmente existe muita politicagem envolvida nessa discussão, que deveria ser uma discussão absolutamente séria, transparente e compromissada em avançarmos.

Avançarmos para garantir direitos e melhores condições aos nossos policiais. É lógico que o ano eleitoral contamina essa discussão. É evidente que muitos agentes de todo esse processo, de todo esse debate, de toda essa discussão, estão, sim, contaminados pelo processo eleitoral, mas temos que ter o discernimento de entender o que é demagogia, o que é populismo, e aqueles que realmente querem avançar. E por isso faço uma menção e um reconhecimento especial aos nossos Deputados, em especial aos nossos Deputados da segurança pública, da Bancada da Segurança Pública, que muito trabalharam em todos esses projetos, Deputado Jacovós, ao longo de todos esses últimos anos. Assim como também reconheço o papel do nosso Deputado Líder, um incansável nesse tema e nessa luta que há semanas e semanas está tratando de diversas reuniões, trabalhando para que este momento aqui chegasse. Então, Sr. Presidente, já encaminhando para o final da minha fala, quero fazer um reconhecimento, um apelo e um alerta. Um reconhecimento da luta justa dos nossos policiais; um reconhecimento com a dívida histórica que o Estado do Paraná tem com os nossos Praças. Esse reconhecimento é necessário e é necessário também assumir o compromisso de que essa luta deverá continuar. Essa política de valorização dos nossos policiais deverá ser permanente no Estado do Paraná. Mas também é necessário fazer um apelo, Deputado Homero, para que tenhamos a grandeza de reconhecer o avanço importante que estamos dando neste momento. Esse avanço, esse reajuste de 23%, esse vale-alimentação de mais R\$ 600,00 é, sim, nesse contexto que narrei aqui, é, sim, um avanço importante e significativo. E, por fim, termino a minha fala fazendo um alerta, Sr. Presidente, aos nossos policiais do Estado do Paraná: é preciso e necessário que possamos abrir os nossos olhos para que possamos perceber, Sr. Presidente, no meio daquele movimento justo de luta, alguns cordeiros que nada mais são do que verdadeiros lobos, que revestidos de pele de cordeiro tentam modular o seu uivo, Sr. Presidente, para transformar o uivo em um grito de apoio. Mas esse grito de apoio é um grito falso, porque na verdade não quer ajudar, não quer construir, só quer desconstruir, não quer avançar, quer regredir. O que ele quer é poder manter o

palanque político até outubro, para, quem sabe, com mais algumas bravatas, possa enganar o povo do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança do PV, com a palavra o Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PV): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, público que nos assiste. Subo a esta tribuna para falar de um assunto que é um assunto que está acalorado, neste momento, que é a questão da reestruturação das carreiras das forças de segurança aqui no Estado do Paraná. Quero dizer do orgulho que tenho de ter participado dos debates. Aqui vejo alguns policiais penais que tiveram avanço importantíssimo na carreira, merecido, porque se organizaram, trabalharam, se articularam e tiveram êxito na demanda. E quero falar na questão da polícia militar do Estado do Paraná. Cento e sessenta e sete anos, praticamente, boa parte desse tempo de abandono. Já existe uma tabela de subsídio dentro da polícia militar que foi implantada em 2012. Como em 2012 começou errado, não me surpreende, até hoje, continuar. Mas temos o compromisso moral de mudarmos essa realidade. A tabela que foi divulgada na data de ontem, na minha avaliação, não é a tabela ideal, não é o que os nossos policiais esperavam. Inclusive eu. É óbvio que esperávamos uma tabela melhor. Existe, sem sombra de dúvida, uma distorção de salários. Enquanto Deputado Estadual, estou no quarto ano trabalhando, desde o primeiro dia de mandato, em várias pautas dentro da polícia militar, inclusive na questão da reestruturação do salário dos nossos policiais, policiais esses que precisamos nos colocar no lugar deles. Muitos estão aí se manifestando, gritando porque chegaram no limite, não tem mais o que fazer. E, infelizmente, vemos muitos Deputados aqui – uma minoria é claro – que ficam fazendo jogo com a nossa polícia militar, com a nossa polícia civil, com os nossos policiais penais. Apenas fazendo jogo. E olha que participei de várias reuniões no Palácio Iguaçu para tratar dessa questão da tabela do subsídio e não vi nenhum desses Deputados que hoje ficam com demagogia no meio da tropa, participando dessas reuniões, dando a sua opinião, levando algum ponto de vista, algum estudo. Nenhum deles

fez isso! Agora ficam aí gritando aos quatro cantos, apresentando propostas que sabem que não são viáveis, apenas e tão somente falando aquilo que os nossos policiais lá fora querem ouvir. Mas não constrói nada que seja viável e seja possível para os nossos policiais. Como disse, penso que o que conseguimos foi essa tabela de reestruturação apresentada na data de ontem, mas o diálogo ele deve permanecer. Por isso quero pedir para o Líder do Governo, para o Governo, para que possa ser mantido e reestruturado um grupo de estudo para que possamos continuar dialogando, para que possamos continuar conversando, porque temos muito a avançar ainda. Praticamente essa noite, essa madrugada, passei a madrugada inteira conversando com policiais, conversando com soldados, cabos, sargentos, subtenentes da polícia militar. Como disse: a tabela não é a ideal. Mas, eu, Soldado Adriano José, atendendo ao apelo da maioria das mensagens que recebi, irei votar “sim” nessa questão da reestruturação, mas assumo o compromisso de continuar trabalhando igual um leão, igual um gigante para que possamos avançar. Avançar em outras pautas, como, por exemplo, continuar discutindo na questão da reestruturação salarial, para que possamos acabar com esse negócio de referência. Referência I, II, V, X, XI. Para que isso? Temos o soldado, o cabo, o sargento, o subtenente, o tenente, o capitão, o major, tenente-coronel e coronel da polícia militar. Não sei para que que inventaram essa “putaria” de referência, referência I a XI, é só para enganar, é só para atrapalhar as discussões. Penso que temos que começar e discutir também com muita seriedade essa questão da jornada de trabalho dos nossos profissionais. Implantaram a extrajornada dentro da polícia militar: mas qual que é a jornada da nossa polícia militar? Qual que é a jornada dos nossos policiais? Não tem jornada. Abrir concurso interno, o QOPM, melhorar essa lei do QOPM e abrir as mais de 100 vagas que estão prontas para serem abertas, para que os nossos policiais, os nossos Praças da polícia possam chegar a ser oficiais da polícia militar. Isso é possível! Votar aqui, nesta Casa, o Governo mandar para que votemos, aqui, essa aberração que é a cassação da aposentadoria dos nossos policiais que foram para a reserva remunerada; contribuíram por 25, 30 e 35 anos quando responde algum procedimento administrativo e são excluídos da polícia, perdem o posto de

policial e têm a sua aposentadoria cassada. Uma incongruência, não existe isso! A questão previdenciária não tem nada a ver com a sua exclusão. E a criação de uma fundação para tratarmos a questão da saúde dos nossos policiais. Já existe um protocolo em aberto hoje, estou acompanhando e seria muito importante que apresentássemos e viabilizasse, o Governo, uma fundação para tratar das questões de saúde dos nossos policiais, porque, infelizmente, o nosso SAS está quebrado, está falido e não consegue atender às demandas dos nossos policiais. Mas quero fazer um apelo, principalmente a uma minoria de Deputados aqui desta Casa: vamos tratar do assunto segurança pública com seriedade, com verdade, sem demagogia e sem hipocrisia. Estou há quatro anos aqui e estou cansado de ver tanta demagogia e tanta hipocrisia, usando pais e mães de família com mentiras, com inverdades. Muitos com jogadas políticas, fazendo vídeos na frente do Palácio, fazendo vídeos aqui na frente da Assembleia, apenas e tão somente porque é pré-candidato a Deputado, ou porque tem o pai que é pré-candidato ao Governo do Estado, mas nunca fez nada para melhorar a vida dos nossos policiais. E estou cansado disso e falo isso enquanto Deputado e Policial Militar. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos ao horário da Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente Tercílio, demais Deputados e Deputadas. A Oposição que defende o povo paranaense, a Oposição construtiva e não só crítica, apresentou hoje 16 emendas, aos projetos que estão em análise nesta Casa. Algumas delas polêmicas por conta da discussão acalorada política que está aqui, mas aqui temos que ter muito cuidado. E toda vez que faço um apontamento, uma crítica, procuro colocar o caminho de se resolver esse problema. O Governo do Paraná, o Governo Ratinho Junior apresentou a LDO de 2022, Deputado Gugu Bueno, 283 milhões a serem usados para gastos com pessoal, oriundos de dividendos das empresas estatais. Acontece que o resultado chegou, de verdade, anunciado com pompa pelo Governo do Estado: Copel, R\$ 5,1 bilhões de lucro; Sanepar, R\$ 1 bilhão 180

milhões de lucro. Desse resultado financeiro fantástico extraído do coro do povo paranaense, porque se aumentou a tarifa de ambos, aqui, 50% é de dividendos, ou seja, em uma conta seca, rasa, 50% desse valor dá R\$ 3 bilhões. Se entendêssemos que o Estado detém 31% da Copel e 20.3 da Sanepar, na partilha desse dividendo, logicamente temos só aqui mais de R\$ 900 milhões, que, corrigidos, na LDO, dão um superávit de arrecadação de R\$ 600 milhões. Em fonte livre – para aqueles que discutem contabilidade – fontes que podem ser usadas para qualquer recurso, ou seja, está no lucro da Copel e da Sanepar, o resultado financeiro necessário para ser dar os aumentos pleiteados pelos servidores do Estado do Paraná, e a imposição por esta Casa de auxílios. A Oposição, primeiramente registra aqui o seu repúdio, ao tratamento diferenciado entre as classes de servidores. Ao mesmo tempo que se propõe uma reposição de 3% inflacionária, para todos os servidores da Casa do Estado, se tem um projeto de 116% de aumento para auditor fiscal. Isso é uma brincadeira com o servidor e com a servidora do povo paranaense; com o servidor de segurança que está lá fora; com o da educação que está que está na sala de aula; com o da saúde que está combatendo o Corona; com o administrativo e etc. Não dá para admitir isso. Portanto, apresentamos uma emenda a esse PLC-22, que retira a remuneração de produtividade dos auditores, evitando essas distorções. No Projeto que trata das carreiras da Polícia Militar, Civil e Científica, apresentamos uma emenda – todos os Deputados da Oposição, mais o Deputado Fruet –, que corrige a tabela salarial de toda a carreira da Polícia Militar e Civil, bem como os reajustes dos quinquênios, considerando as hierarquias das corporações e garantindo a isonomia nos aumentos de salário. A emenda prevê a aplicação do dobro proposto pelo Executivo e ainda estende a gratificação por cumulação de trabalho da unidade policial, para além de delegados, para investigadores e escrivães e demais servidores da Polícia Civil. E de onde a Oposição está arrancando dinheiro, para propor uma barbaridade dessa, poderia perguntar o Secretário da Fazenda. Simplesmente, do lucro anunciado da Copel e da Sanepar, com pompa, pelo Governo do Estado. Aliás, os aumentos que dariam isso, sequer, meu companheiro Fruet, sequer, cobrem os valores gastos em publicidade pelo

Governo do Estado este ano. O Governo pode escolher, pode, inclusive, não executar o valor orçamentário destinado para propaganda e promover esses aumentos. O Governo pode pegar, dos 900 bilhões já contabilizados e não passados aqui nesta Casa, com excesso de arrecadação e aprovado, para usar para fazer as reposições. Aliás, corrigir, inclusive, esse percentual absurdo. No auxílio para alimentação de servidores na área da saúde e do quadro próprio do Poder Executivo, que é o PL-107, fizemos uma emenda também, aliás, três emendas: 34% de reposição inflacionária a todas as carreiras do Poder Executivo, referente à acumulação da inflação desde 2016; estender o auxílio-alimentação aos professores da rede pública, funcionários de escolas, professores e técnicos também das universidades estaduais e servidores do Detran; cria também o auxílio melhor idade, no valor de R\$ 600,00, para os servidores aposentados, com a finalidade de custear despesa como saúde, medicamento, condicionamento físico, atendimento psicológico, fisioterapeuta e outros, até porque os servidores na reserva ou aposentados estão fora de qualquer discussão, que estão aqui nesses projetos da Casa. A Oposição está preocupada ou preocupada com a saúde do servidor e com a saúde do serviço público. Se o Estado continuar tratando dessa forma, o Estado vai fazer com que a sua máquina principal, o seu motor de atividade, o servidor, fique com poucas condições de efetuar um serviço tão necessário. Presidente, não podemos aceitar que o Governo do Estado mande projetos para esta Casa no dia da votação. O Deputado Tadeu leu hoje, aqui, o Projeto chegou às 14h30 nesta Casa, para ser discutido nas Comissões logo em seguida e está aqui, hoje, sem o debate devido. A Oposição se preocupa com a relação entre os Poderes. Não podemos aceitar que o Governo, por ineficiência administrativa, falta de atendimento do Estado ou mau assessoramento – aliás, tenho que colocar isso aqui várias vezes, mau assessoramento –, porque um Governo que não prevê excesso de arrecadação, de três vezes maior, das empresas estatais que ele próprio administra, é mal assessorado. Ou, aliás, está com outras intenções, de repente, Deputado Goura, tem um lucro, subestima para baixo a receita, tem um lucro muito alto e usa o dinheiro para outras coisas. Que deve ser o que está sendo discutido na mesa do G7, o que fazer com o lucro da

Copel e da Sanepar, ao adentrar no cofre do Estado, renunciar receita, promover benefícios fiscais para *Deus sabe quem*, mas tirar do *couro* do servidor e da servidora do Estado do Paraná. Temos que ter prudência, prudência ao olhar os números. A matemática é uma ciência exata, não mente, quanto a fato, quanto à soma, quanto à subtração, multiplicação e divisão, não tem questionamento. O que está aqui no papel, muito contrário do que alguns falaram e colocaram, aqui, está passível de investigação científica. Estou me colocando aqui à disposição, se o Secretário da Fazenda, se o Secretário de Planejamento, quem do Governo quiser discutir a economia do Estado e os números apresentados, queremos fazer esse debate. Não dá para o cidadão sequer buscar essa informação, porque o Portal da Transparência faz três anos que está sem transparência, que não tem informações fidedignas para o povo paranaense pesquisar. Esta Casa não recebe as informações com precisão e, quando as recebe, quando o Secretário vem aqui e presta a informação por meio do seu *PowerPoint*, ao vir o Projeto de Lei do Governo, com a justificativa feita pelo Governo, a informação, por incrível que pareça, é diferente da que o Secretário apresentou. Não sei se o Governador e o Secretário não conversam, de fato, não sei. Não sei se a Casa Civil não tem acesso ao que acontece na Secretaria da Fazenda. Mas o Projeto apresentado, hoje, que embasa a justificativa, traz números diferentes da apresentação do Secretário. Imaginem, nós, da Oposição, como podemos criar subsídios teóricos, numéricos, para fazer a discussão, se nem o Governo sabe o número que está propondo ou que está apresentando como forma de se promover uma política pública de remuneração, de criação de auxílio etc. Ora, tem horas que o Governo realmente mostra o que é. Existia aqui uma máxima, Governo 5.0, que acho que é 5.0 mesmo. Quando estudava e fazia o primeiro grau e o segundo grau, a nota mínima para não ser reprovado era seis. Então, o Governador e o seu Governo estão na *marca da cal* e, pelo jeito, serão reprovados, não conseguem alcançar a nota mínima para aprovar o Projeto. Com todo o respeito, não vou admitir, aqui, enquanto Líder da Oposição, que as pessoas coloquem que está se promovendo festival de hipocrisia, falando em números não concretos, falando em coisas que

não podem ser feitas. Não. Nós, da Oposição, quando estamos apresentando projetos aqui nesta Casa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Nós, da Oposição, quando apresentamos projetos aqui na Casa, os números que pegamos nas informações, para extrair, são fornecidos pela própria Secretaria, seja da Fazenda ou do Planejamento. Se não dá para fazer, se o número não é verdadeiro, tem que procurar, Deputado Fruet, quem produziu o número, de onde foi extraído e não da Oposição que recebeu essas cifras aqui na Casa. Portanto, falta vontade política para se praticar os reajustes ou os aumentos e a promoção de auxílios aqui dentro. O que tem é dinheiro. O que tem é disponibilidade financeira e orçamentária. Agora, não vamos jogar isso na última hora, nos 46 minutos, já passados os 45 do segundo tempo, para esta Casa e ficar com a pecha, da Oposição ou sequer dos Deputados, de não quererem promover o que o servidor tanto merece. É hora de prudência, é hora de defender... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas, plateia, pessoal do Depen que está, aqui colegas. O que seria do Palmeiras se todo mundo torcesse para o Corinthians, meu Deus do Céu e vice-versa? As opiniões divergentes acontecem e cada qual defende com a ênfase que acredita. Se ele acredita naquilo, é direito de ele defender aquilo e não critico isso, faz parte da essência humana isso e até acho bonito que as pessoas tenham posição. Vamos por partes. Primeiro lugar, quero me reportar ao Deputado Tadeu Veneri, a quem tenho um respeito muito grande. Não existe nenhum Projeto, Deputado, que tem aumento de 160. Não. O aumento, a reposição dos auditores é 6,67. O senhor pode conferir no Projeto, é 6,67. Ninguém aqui iria incorrer em um erro desse. Segundo lugar, erros têm que ser admitidos. Esse Projeto veio erroneamente para

cá, no que diz respeito à utilização de veículos, com um ressarcimento de R\$ 5 mil, tanto é que ele foi retirado. Faz parte do ser humano isso. Como Líder do Governo, ontem, fiz um apelo, tendo em vista a posição dos nossos colegas, aqui, pedi a retirada desse Projeto e ele foi retirado. Temos que ter a humildade necessária para construir. Foi o que fiz ontem. Só queria agora fazer uma reflexão com todos os colegas que estão aqui hoje. Estamos em uma encruzilhada. É sabido por todos que vivenciam nesta Casa, que não é dado ao Deputado oferecer emendas que criem despesas para o Executivo. Não pode. Não pode! Se não fosse assim, imaginem cada Câmara de Vereadores, em que o Prefeito não tivesse maioria, cada Câmara engessar a administração e fazer emendas. Não pode, não é legal. Portanto, ainda que concordemos no mérito, com algumas delas, é preciso dizer a verdade a todos que estão nos assistindo agora. Não caiam nisso. Não caiam! Não entrem nessa, sob pena de estarmos inviabilizando o que temos na mão. Temos na mão aqui esse Projeto. Gente, temos o Projeto na mão que está sendo colocado, principalmente, para a base. Vai diminuir de 60 para 40% a base, a diferença. É óbvio que todos queríamos mais, mas é o possível dentro das possibilidades do que o Governo alcançou. Então, diria aquele ditado popular: *É pegar ou largar*. Esta Casa tem que decidir. Aqueles que não forem favoráveis votem contra, mas assumam as suas responsabilidades perante aquelas famílias que estão esperando uma decisão séria, uma decisão correta, baseada na verdade, que é o que tratamos sempre, aqui, todos os colegas, com a verdade. E mais, gente, estamos falando do reenquadramento, não estamos falando de uma reposição. Em outro momento pode acontecer reposição, mas hoje estamos falando de um reenquadramento, em que foi priorizada a possibilidade de atender à base, dentro do que é possível do caixa do Governo. É isso que gostaria de falar para vocês. Mas o campeonato não acabou, temos até julho ainda, Sr. Presidente, a possibilidade de atender a outras carreiras, o Governador me disse ontem. O Deputado Tercílio Turini me falava há pouco das universidades, ele que representa tão bem, não é, Deputado Tercílio Turini. O Deputado Romanelli me falou, outros colegas me falaram, que o Governo está estudando essa possibilidade. Ontem, ainda, o Deputado Guerra, o Deputado

Caputo e demais Deputados me falavam do Detran, está sendo feito um estudo para o reenquadramento do Detran também, mas, gente, dentro das possibilidades. Vejam, as pessoas merecem mais? Claro que merecem, estão quatro anos sem reposição, é difícil a vida deles. Mas, Presidente, o Presidente Bolsonaro, votei nele, não escondo de ninguém. Não sei se vou votar de novo, ainda estou estudando por conta de algumas atitudes pessoais. Mas ele pretendia dar um aumento para os policiais, não é verdade? Pergunto para vocês aqui, agora, Romanelli, existe alguma classe mais alinhada com o Presidente Bolsonaro do que a dos policiais federais? Não existe. O Presidente da República esboçou a possibilidade de dar um aumento para os policiais? As outras categorias tiveram a sua repercussão e o Presidente não deu nada para ninguém. É mentira minha? Não estou criticando ninguém. Só estou contando que não é fácil. Estou dizendo para vocês, amigos do Depen que estão aqui e que farão parte desse reenquadramento, que está sendo feito o esforço possível, que não para por aqui. O Governo vai continuar negociando, conversando, lutando, mas que é o possível. Temos aqui é o *pegar ou largar*, não tem. Agora, precisamos deixar claro que não é possível aceitar emendas. Quero que cada um que está assistindo aqui saiba. Quem não gostaria de fazer emenda? Duvido que um Deputado que está aqui, hoje, não quisesse ser o *pai da criança* de uma emenda que fosse prosperar. Agora, é fácil fazer emenda sabendo que não é possível, porque não é dado ao Legislativo essa possibilidade, visto que é impedido regimentalmente. Só gostaria, agora, Sr. Presidente, de dizer que mil reais, algumas pessoas me perguntaram: *Mas isso não vai dar tudo no salário, porque o imposto de renda*. Mas o que vocês querem que eu faça com o imposto de renda? Não podemos mudar a lei do imposto de renda. Quero dizer uma coisa a vocês, pessoal, mil reais somados aos 3% que foram dados, somados ao vale-alimentação, fazem diferença na vida dos policiais. Fazem, sim! Talvez não seja o que eles mereçam, concordo. Merecem muito mais, merecem, sim. Mas não podemos negar os avanços que foram dados nesses últimos meses aqui nesta Casa. Não podemos negar. Daí peço a todos a consciência necessária, para que ao tempo certo possamos, com muita celeridade, aprovar esses projetos aqui. Perguntem a uma pessoa que está

desempregada o que são mil reais. Perguntem a um assalariado que está lá fora e que vive com esses mil reais, o que são mil reais. Perguntem! Perguntem para essas pessoas e façam as suas avaliações. Perguntem para uma camada que está dentro da pobreza extrema deste País o que são mil reais. Perguntem o que são R\$ 600,00 em um vale-alimentação, para essas pessoas, e vocês terão as respostas aqui. Tenho certeza de que alguns policiais, que restam ainda inconformados, ainda não fizeram as contas e as avaliações de que isso vai redundar nas suas vidas. Por isso, queria pedir a todos aqui, respeitosamente, e digo mais, respeito aqueles que estão defendendo o seu papel, faz parte, não critico isso, mas também tenho que dizer a verdade como Líder do Governo. Estamos trabalhando com a realidade, com aquilo que é possível pagar. Deus abençoe a todos. Muito obrigado e desculpem alguma coisa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria

Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (54 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 113/2022**, do Deputado Hussein Bakri, que denomina Nelson Dariva a passarela localizada na PR-151, no município de Carambeí; **Autuado sob o n.º 114/2022**, do Deputado Paulo Litro, que altera a Lei n.º 20568, de 12 de maio de 2021, que dispõe sobre penalidades a serem aplicadas aos torcedores e aos clubes de futebol cujas torcidas praticarem atos de racismo, injúrias raciais e/ou de homofobia em estádios do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 115/2022**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Capital da Cavalgada ao município de Cafetal do Sul; **Autuado sob o n.º 116/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Bolão de Toledo, com sede no município de Toledo.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 775/2021, do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Sebastião Ferreira Martins. O Deputado quer encaminhar a Redação Final?

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Sim, Sr. Presidente, com muita satisfação, até porque ontem estávamos em segunda discussão e não estava, aqui, porque

acompanhava a vinda do nosso Presidente do MDB Nacional, Baleia Rossi. Mas com muito orgulho e satisfação faço o encaminhamento do título de cidadão honorário para o Sebastião Ferreira Martins, que nasceu em 22/10/1948, em Nova Rezende, em Minas Gerais. Mudou-se para o Paraná com os seus pais, em 1949, vindo a residir na zona rural do município de Jaguapitã. Em 1962 mudou-se novamente para Apucarana, cidade que tanto ama e que mesmo após ter passado por diversos municípios durante a sua vida, na sua trajetória, a escolheu para viver. Casado com a professora Maria Toschi Venério Martins, tiveram três filhos: Sebastião Ferreira Martins Junior, o Junior da Femac, hoje Prefeito de Apucarana; o advogado Luís Cândido e o médico José Antônio. Deles veio a alegria das cinco netas e dois netos. Começou a trabalhar ainda na adolescência, atuando em diversos empregos. Em 1971, criou o Grupo Femac, que até 1992 atuou na representação comercial de cobertores e enxovais e, após, passou a atuar no ramo da indústria de artefatos da construção civil. Trata-se de uma empresa familiar e tradicional, de referência em qualidade e comprometimento em todo o País. Tem uma conduta sólida no associativismo, onde já atuou na direção do Clube do Campo do Café de Londrina; como representante de Apucarana no Consórcio de Proteção da Bacia do Rio Tibagi; fundou o Sindicato Patronal das Empresas de Pré-Moldados de Cimento do Norte do Paraná, como conselheiro, diretor, vice-presidente e coordenador regional da Fiep; como conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Apucarana. Teve uma importante atuação em favor do Lar São Vicente de Paula, de Apucarana, tendo coordenado o Grupo Amigos dos Anciões na sua reconstrução e também atuado como presidente dessa instituição. Na Igreja Católica participou por cinco anos da construção da igreja matriz da paróquia Nossa Senhora Aparecida. Sebastião e sua esposa participaram assiduamente das pastorais familiar, mariano e vicentino, cursilho de cristandade, formação de agentes pastorais, cursos de noivos e catequeses para adolescentes. Formou-se em Teologia pela Escola Diocesana Padre Tito Cerazoli. O empresário recebeu três importantes condecorações: foi eleito pela Fiep, em 2014, o Empresário do Ano; em 2015, recebeu o Título de Cidadão Honorário do município de Apucarana; e recebeu o título de Amigo do Exército Brasileiro pelos

trabalhos realizados junto ao 30.º BIMEc. Na política foi candidato a Prefeito de Apucarana, em 1996, e candidato a Deputado Estadual, em 1998. Toda a trajetória de vida do Sr. Sebastião merece destaque, não apenas no ramo empresarial, onde vem atuando de forma exemplar, gerando milhares de empregos, dando oportunidade de sustento e de crescimento profissional. Também contribuindo para o fortalecimento da indústria paranaense, por meio de sua atuação junto a federações e associações paranaenses. E mais do que isso, por seu histórico de atuação filantrópica, destacando principalmente suas ações junto à igreja, às suas pastorais e junto ao Asilo São Vicente de Paula. bem como um exemplo de companheirismo, amizade e humildade que o Sr. Sebastião transmite a todos que com ele convivem. Sendo detentor de uma conduta íntegra e honrada, mostra a todos que é possível conciliar o desenvolvimento pessoal e profissional, com a oferta de benefícios à população paranaense. Essas são as qualidades. Tenho o orgulho muito grande de ter proposto esse Projeto de Lei. Peço aos Deputados que votem “sim” para que, mais uma vez, em uma votação por unanimidade, possamos conceder esse honroso título. Muito obrigado. Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Redação Final. Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Aprovado por unanimidade.

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 659/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a conversão de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas adquiridas com recursos públicos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Substitutivo Geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Obrigado, Sr. Presidente. Vou encaminhar daqui. Ontem fiz uma fala acerca dele, mas como estava no automóvel, ontem, não sei se as pessoas me ouviram bem, estava em deslocamento. Quero pedir que todos os nossos colegas sejam unâimes também nesse Projeto, que é muito importante. É o sonho de muitos paranaenses, que muitas vezes lutam com dificuldades para fazerem os seus treinos, atletas e paratletas que não possuem suporte financeiro para deslocamentos aos locais de competição, quer seja no âmbito estadual, nacional ou internacional. Muitas vezes são obrigados a pedir ajuda nos semáforos, sinaleiros, para representar o nosso Estado em competições. Muitos deles têm que fazer as suas *vaquinhas* virtuais, hoje, para conseguir representar o nosso Estado e o nosso País. Então, quero aqui externar os meus sinceros agradecimentos ao Líder do Governo, Hussein Bakri, porque trabalhamos juntos nessa composição. Quero agradecer ao Deputado Jacovós que foi relator, à época, ao Francischini que estava lá, depois, ao Nelson Justus, aos Deputados que colaboraram para que esse Projeto fosse pautado e também o substitutivo geral que aprimorou o Projeto original. Então, o incentivo ao esporte é de suma importância nos dias atuais. A instituição da campanha permanente de transferências de milhas, doadas por pessoas físicas ou jurídicas, denominada como *Milhas Solidárias*, será destinada à aquisição de passagens aéreas para atender a atletas e paratletas do Estado do Paraná. É certo de que esse substitutivo atenderá às demandas voltadas à classe esportiva, que como Parlamentar, desde o primeiro dia do meu mandato, tenho a honra de defender. Peço a atenção de todas Vossas Excelências e o voto “sim”. Agradecendo desde já esse trabalho que foi feito em conjunto, para ajudar o esporte no Estado do Paraná e para fazermos, sim, a diferença. O Paraná é um celeiro de grandes atletas nas artes marciais, no esporte, no boxe e em tantas outras modalidades. Então, precisamos ter mais recursos, ajudar muito mais os nossos atletas. Quero agradecer mais uma vez a todos que estiveram imbuídos no Projeto, aos nossos advogados, à Doutora Lígia, à Doutora Izabel, a todos que

participaram da reunião lá na Casa Civil, ao Ortega, Secretário que trabalhou também em função, para que o Projeto chegasse aqui e fosse, então, chegado a esse ponto, para ser aprovado aqui na Assembleia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto. Parabéns, Deputado Amaro. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cristina, Marcio Pacheco, Maria Victória, Requião Filho e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Requião Filho (4 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 3 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 69/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano e Hussein Bakri, que altera a Lei n.^º 20437, de 17 de dezembro de 2020, que institui a taxa de registro de contrato com cláusula de alienação

fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo Geral da CCJ, já de conhecimento de todos os Senhores Deputados. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Solicito ao Deputado Alexandre Curi que venha ao Plenário, para poder votar também. Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Fernando, Luiz Fernando Guerra, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (52 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano e Del. Fernando Martins (2 Deputados).]** Com 52 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Gilson de Souza e Goura, que dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, devem permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente.

Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da CCJ. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Gilson de Souza e Goura; **Emenda de Plenário n.º 2**, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Gilson de Souza e Goura; e **Emenda de Plenário n.º 3**, dos Deputados Mabel Canto, Goura, Gilson de Souza, Cristina Silvestri e Luciana Rafagnin.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 458/2021, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Equoterapia e Inclusão Equestre, com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Fernando Martins e Maria Victória (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 458/2021.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 780/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 259/2021, que altera a Lei n.^º 20385, de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre a extinção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Hussein Bakri, o seu voto, Marcio Pacheco e Professor Lemos. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (53 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano (1 Deputado).]** Com 53 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 780/2021.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 7/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de setembro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto muito “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Peço aos nobres Parlamentares que estão aí na sala ao lado, por favor, que venham ao Plenário, porque são muito importantes as votações seguintes. Estamos acompanhando V.Ex.^{as} aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Del. Fernando Martins, Paulo Litro e Reichembach (4 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Resolução n.^o 7/2022.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^o 2/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^o 16/2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná (QPPP), bem como regulamenta a transformação do atual cargo de Agente Penitenciário. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda da CCJ. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante e histórico Projeto, pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição apresenta voto “sim” na constitucionalidade e vai apresentar emenda na sequência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Gugu Bueno, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto e Paulo Litro. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins e Paulo Litro (3 Deputados).]** Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.^º 2/2022.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 3/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 18/2022, que altera a Lei Complementar n.^º 131, de 29 de setembro de 2010, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Também em regime de urgência. Em discussão.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para discutir, Deputado Tadeu.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos votando a constitucionalidade neste primeiro turno, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Exatamente, a constitucionalidade, Deputado Hussein.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, peço licença para fazer daqui mesmo, porque estava só buscando encontrar um número que... uma informação que mostra exatamente como é composto o processo e como se comporá a remuneração na forma como veio o Projeto para cá. O Líder do Governo colocou como sendo um percentual de seis... não lembro exatamente o número, mas de 6,7 e não 116 que havíamos dito. E fomos verificar, Sr. Presidente, a remuneração é feita de duas formas, nesse PLC n.º 3 está explicitado: há uma remuneração fixa, há uma gratificação; a gratificação é composta por uma parte variável e por uma parte fixa também e a parte variável, essa sim, Deputado Hussein, terá 6,67 de reajuste, a parte variável, e na parte fixa, a partir do momento em que ela é incorporada como um todo, ela tem 116%. Entendo que o Projeto quando faz essa... E não explicita isso, tanto que gerou esta dúvida até por parte do próprio Líder do Governo. Não estou dizendo que o Deputado Hussein está em dúvida, mas gerou a dúvida que colocou que seria seis! Fomos buscar como é composto o percentual e o salário. O salário tem neste caso duas formas de composição, a forma fixa e a forma variável, sendo a forma variável duas formas também, na forma variável tem essa que é uma gratificação, que receberá o 6,67, e a outra parte que é a parte do fundo, que tem 116% a partir do momento em que é incorporado. Então, por isso, Sr. Presidente, por entender que... Isso está no art. 58 da Lei n.º 131, que é a lei que está sendo alterada aqui. Justamente por isso é que entendemos que há uma inconstitucionalidade no Projeto, uma vez que ele não explicita como será formado esse percentual, tanto que ficou dúvida se seria 6,67 ou 116. Ele está em 6,67 para essa parte variável e 116 a partir do momento em que ele incorpora isso que hoje é composto, explicávamos aqui também o assessor da Liderança do Governo, a partir do momento em que você tem a incorporação, ele dobra os valores. Acredito que

vamos voltar a fazer este debate e sem nenhuma paixão, mas entendendo que, por não estar no Projeto, já falei isto aqui, o Projeto veio com uma minuta e aí claro que se criaram essas dúvidas todas, talvez pela forma como veio e pela rapidez como veio, mas ele está tendo duas formas de remuneração, a remuneração fixa, que hoje a ela será incorporado esse percentual que é pago pelo fundo, e essa remuneração variável de 6,67, que de fato é a que está sendo reajustada. Ao fazer o 6,67 e mais a outra parte, chegamos nos 116 que colocamos. Por isso vamos votar contra, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, a conta do Deputado Tadeu Veneri, respeitosamente, está errada! Cinquenta por cento do salário deles era gratificação, então, não serve para fazer essa incorporação, o aumento. Ele está sendo incorporado e o aumento real é 6,67, pelo qual peço voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito: O nosso voto é “sim”. O Projeto é constitucional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão Junior, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros. Vou repetir aqui: votos pendentes dos Deputados Mabel Canto, Michele Caputo, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória,**

*Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri e Michele Caputo (3 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 3/2022.*

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 749/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o Título de Utilidade Pública à Rede de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Homero Marchese, Tadeu, Tião Medeiros e Artagão Junior. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (51 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (3 Deputados).] Com 51

votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 749/2021.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 49/2022, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luis Carlos Gomes Mattos. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Com licença. Peço o voto “sim” aos colegas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes alguns votos, senão vou encerrar a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Requião Filho e Tadeu Veneri (6 Deputados).]** Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 49/2022.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 103/2022, de autoria da Comissão Executiva, que altera o art. 10 da Lei n.º 16390, de 2 de fevereiro de 2010, que adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão

de Finanças e Tributação. Em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos lá, ainda os Sr.^s Deputados Artagão, por favor, seu voto, Delegado Fernando Martins e Hussein Bakri. Preciso unanimidade. Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (53 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano (1 Deputado).]** Com 53 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 103/2022.**

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 106/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/2022, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras da polícia militar, polícia civil e polícia científica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim” para este grande pontapé que estamos dando no fortalecimento das categorias. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim” na constitucionalidade e apresenta emenda no mérito, reajustando os valores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Galo, que votou, e Paulo Litro. Por favor, Deputado Paulo Litro, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); Votou Não: Soldado Fruet (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano e Paulo Litro (2 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 106/2022.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 107/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” na constitucionalidade e vai apresentar emenda no mérito, ampliando os beneficiários.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Luiz Fernando Guerra e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (53 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano (1 Deputado).] Com 53 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 107/2022.***

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 108/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/2022, que institui preço público para cobrança de despesas com procedimentos da Polícia Científica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o presente Projeto trata da instituição de preço público, que é uma modalidade de taxa a ser cobrada pela divisibilidade e especificidade do serviço público prestado. Ou seja, para construir o valor de uma determinada taxa, tem que ter uma base de cálculo explicitando o custeio dela e o que foi usado para a composição. O Projeto veio viciado, não consta em nenhum momento qual é a origem da base de cálculo das respectivas taxas. A Oposição vai votar contrário pela ausência dessa documentação no Projeto. Isso impede a análise criteriosa que tem que ser feita. Segundo, estaremos apresentando emendas ao Projeto na questão do mérito na próxima, na sequência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, então, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”. Só peço vênia do Deputado para explicar que o Paraná é o único Estado que não tem este tipo de cobrança, portanto é extremamente correto e justo. Os senhores podem ficar seguros da constitucionalidade. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Delegado Fernando, Cantora Mara Lima, Jacovós, Evandro Araújo, Gugu Bueno, Hussein, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Maria Victória, Paulo Litro e Tadeu Veneri. Ainda pendentes os Deputados Evandro Araújo, Maria Victória e Paulo Litro. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado**

Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo e Paulo Litro (3 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 108/2022.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 109/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/2022, que institui a indenização pela disponibilidade de veículo próprio, destinada ao ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual do Paraná em atividade. Regime de urgência. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1**, dos Deputados Arilson Chiorato, Requião Filho, Goura, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin e Professor Lemos.) **O Projeto foi retirado de ofício por esta Presidência.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, posso fazer um relato para V.Ex.^a aqui ou não?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Oi?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por absoluta economia processual, vou fazer um relato para V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Combinei com o Deputado Arilson e ele terá as respostas aqui. Será enviado como envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. **Requerimento n.º 560/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, requerendo informações detalhadas sobre a renúncia fiscal do Estado, com amparo no art. 198, §3.º, IV do Código Tributário Nacional. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O outro, do Boca Aberta Junior, os dois deles como envio de expediente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): **Requerimento n.º 620/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar, conforme especifica; **Requerimento n.º 621/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral da Copel, conforme especifica. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 625/2022, do Deputado Ademar Traiano, requerendo dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 780/2021 e ao Projeto de Resolução n.º 7/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 611 e 612/2022, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Pastor Helton de Souza Santos; e ao Pastor Bruno Martins de Almeida e à Senhora Pastora Larissa Christiane Silva; **Requerimento n.º 613/2022**, do Deputado Nelson Justus, solicitando o registro e envio de moção de aplausos a Eric Tobera; **Requerimentos n.ºs 614, 615 e 617/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Dr. Rodrigo Otávio Gondro; a

Anna Paula Kuhl Alves; e a Simone Angélica Vitorino Gondro; **Requerimento n.º 616/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e envio de voto de congratulações e aplausos pela eleição da Diretoria da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO; **Requerimento n.º 618/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo o relatório de arrecadação para atualizar os dados da PEC-8/2019; **Requerimento n.º 622/2022**, dos Deputados Mabel Canto, Goura e Cristina Silvestri, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo urgência na regulamentação da Lei n.º 19701/2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 619/2022**, da Deputada Maria Victória, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 143/2020; **Requerimento n.º 623/2022**, dos Deputados Mabel Canto, Goura, Gilson de Souza, Cristina Silvestri e Luciana Rafagnin, requerendo a inclusão como coautora do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Goura e Gilson de Souza; **Requerimento n.º 624/2022**, dos Deputados Luiz Fernando Guerra e Coronel Lee, requerendo o cancelamento do uso do Grande Expediente do dia 4 de abril de 2022; **Requerimento n.º 627/2022**, da Deputada Maria Victória, comunicando a mudança de Partido dos Senhores Deputados Guto Silva e Tião Medeiros.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, sempre lembrando que teremos duas **Sessões Extraordinárias** na sequência e uma outra **Sessão Ordinária** amanhã, quarta-feira, dia 30 de março de 2022, às nove horas e trinta minutos, com duas **Sessões Extraordinárias** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia:** 1.^a **Extraordinária de 29/3** - 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{os} 103/2022, 106/2022, 107/2022 e

108/2022 e 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 14/2022; **2.^a Extraordinária de 29/3** – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 14/2022; **Ordinária de 30/3** – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 69/2022; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 14/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{ººs} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{ººs} 749/2021, 49/2022, 106/2022, 107/2022 e 108/2022; e 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 67/2022 e do Projeto de Resolução n.^º 8/2022; **1.^a Extraordinária de 30/3** – 3.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{ººs} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{ººs} 106/2022 e 108/2022; e **2.^a Extraordinária de 30/3** – Redação Final dos Projetos de Lei Complementar n.^{ººs} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{ººs} 14/2022, 106/2022, 107 e 108/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)